



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA E**  
**CONTABILIDADE**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**HIANNE LESSA SAMPAIO**

**TERMOS DE TROCA NA PANDEMIA DE COVID-19: ANÁLISE PARA O**  
**BRASIL**

**FORTALEZA**  
**2023**

HIANNE LESSA SAMPAIO

TERMOS DE TROCA NA PANDEMIA DE COVID-19: ANÁLISE PARA BRASIL

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Américo Leite Moreira.

FORTALEZA

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Sistema de Bibliotecas  
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

S183t Sampaio, Hianne Lessa.

Termos de troca na pandemia de covid-19: Análise para o Brasil / Hianne Lessa Sampaio. – 2023.  
55 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Curso de Ciências Econômicas, Fortaleza, 2023.  
Orientação: Prof. Dr. Carlos Americo Leite Moreira.

1. Termos de troca. 2. Comércio Exterior. 3. Cepal. 4. Pandemias . 5. COVID-19. I. Título.  
CDD 330

---

HIANNE LESSA SAMPAIO

TERMOS DE TROCA NA PANDEMIA DE COVID-19: ANÁLISE PARA BRASIL

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Carlos Américo Leite Moreira (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Prof. Dr. Fábio Maia Sobral  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Júlio Ramon Teles da Ponte  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

## AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom de minha vida, por ter me agraciado com saúde e inteligência, mas principalmente resiliência e obstinação para prosseguir nesta jornada acadêmica em meio aos desafios que a vida pressupõe.

Aos meus avós Cristino Ferreira Lessa (in memoriam) e Eunice Gomes Lessa por terem me dado a base familiar de que precisei para, nas fases anteriores à graduação, unir capacidade suficiente para chegar a ela.

À minha mãe Jeanne Cristina Gomes Lessa por ter lutado incansavelmente e entregue a própria vida em favor da manutenção da educação como prioridade em minha trajetória. Por ter estado ao meu lado em todos os momentos sendo a fonte dos estímulos necessários para que eu não sucumbisse.

Às minhas tias Telma Lessa, Izabel Lessa e Márcia Lessa por toda a contribuição ao longo de minha formação humana.

Ao meu marido Renan Batista por todo o amor, apoio, cuidado e incentivo principalmente ao longo do desafio de retornar ao presencial para cursar o último ano de graduação e de cumprir com as responsabilidades finais para adquirir o título ao qual este trabalho se destina.

Ao estimado Prof. Dr. Carlos Américo, de quem recebi a honra de ser orientanda, por sua disponibilidade e amizade e por seu direcionamento.

Aos caríssimos amigos Jéssica Lima, Felipe Hermes, Deoclécio Castro, Ítalo Carneiro, Bárbara Sales e Nathaniel Cavalcante pela amizade e ajuda que foram como fortaleza ao longo deste projeto.

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo geral identificar e analisar o processo de possíveis mudanças nos termos de troca durante a pandemia. Para tanto, é necessário alcançar três objetivos específicos: primeiramente apresentar conceitos sobre comércio internacional, termos de troca e debater as principais ideias da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal); com isso, busca contextualizar os países da América Latina em relação as suas estratégias de desenvolvimento; por fim, analisar as transformações e as estabilidades nos termos de troca no Brasil durante o contexto pandêmico. Esse estudo é justificado pela necessidade de pesquisa sobre os recentes acontecimentos que implicam em consequências na estrutura do comércio dos países periféricos, especialmente durante esse período instável e ainda pouco analisado. Nesse sentido, é necessário que existam discussões metodológicas sobre esses temas, para que se coloque em evidência a preocupação em relação as possíveis sequelas. Em relação aos aspectos metodológicos, a pesquisa é exploratória, pois formula-se problemas e hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. Quanto ao delineamento da pesquisa, é bibliográfica e documental.

**Palavras-chave:** Termos de troca. Comércio Exterior. Cepal. América Latina. Pandemia Covid.

## ABSTRACT

The present work has the general objective of identifying and analyzing the process of possible changes in the terms of trade during the pandemic. To do so, it is necessary to achieve three specific objectives: firstly, to define our own concepts on international trade, terms of trade and Cepal; with this, we seek to contextualize the countries of Latin America in relation to their development strategies; Finally, the transformations and/or stabilities in terms of trade in Brazil during the pandemic context are analyzed. This study is justified by the need for debate on recent events that have consequences for the structure of trade in peripheral countries, especially during this unstable period and still little analyzed. In this sense, it is necessary that there are methodological discussions on these topics, so that the concern regarding possible sequels is highlighted. Regarding the methodological aspects, the research is exploratory, as problems and researchable hypotheses are formulated for further studies. As for the design of the research, it is bibliographic and documentary.

**Keywords:** Trading Terms. Foreign trade. Latin America. Covid Pandemic.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Termos de troca no Brasil – 2001 a 2014 .....	21
Gráfico 2 - Índice agregado de dependência econômica para os países (1990-2014) ....	30
Gráfico 3 – Brasil: Termos de troca (Px/Pm) (1948-2014) .....	45
Gráfico 4 – Brasil: termos de troca (Px/Pm) (2019-2021) .....	47
Gráfico 5 –Brasil: termos de troca (Px/Pm) (2019-2022) .....	47



## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Exportação no Brasil (2019-2020) .....	41
Tabela 2 – Importação no Brasil (2019-2020) .....	42

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>1 PERSPECTIVA TEÓRICA DO COMÉRCIO</b> .....	13
1.1 Teorias do Comércio Internacional .....	13
1.2 As Teses da CEPAL e o Modelo de Industrialização baseado na Substituição de Importações .....	16
1.3 Termos de Troca .....	21
<b>2 TRAJETÓRIA DE DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO</b> .....	23
2.1 Estratégias de desenvolvimento dos países periféricos .....	23
2.2 Brasil: aspectos históricos e políticos.....	32
<b>3 ANÁLISE PARA O PERÍODO PANDÊMICO</b> .....	44
3.1 Termos de troca: indicadores para o período de pandemia .....	44
3.2 Resultados e Discussão: contraposição teórica .....	50
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	53
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	55

## INTRODUÇÃO

As ideias que influenciam o debate sobre o comércio internacional moderno surgiram a partir da segunda metade do século XVIII. Conforme relata Cassano (2002), os primeiros sinais protecionistas foram dados ainda no mercantilismo, e as teorias sobre o livre comércio surgem com Smith, Ricardo, Malthus e Mill. Já o modelo de Heckscher, Ohlin e Leontief são destaques do século XX. Outro modelo da teoria do comércio internacional é o dos fatores específicos, que, de acordo com Krugman, Obstfeld e Melitz (2015), permite uma diferenciação entre os fatores de uso geral, que podem ser transferidos entre setores e fatores específicos para fins específicos.

Diferentemente do que foi exposto pelos modelos tradicionais ortodoxos, um grupo de economistas da América Latina concluiu que as teorias do comércio internacional não eram suficientes e não refletiam a realidade dos países em desenvolvimento. A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) surgiu em 1948, a partir das Nações Unidas, com o objetivo de auxiliar os países latino-americanos para promover desenvolvimento econômico através de pesquisas e relatórios.

Amaral Filho (2018) afirma que só é possível estudar e compreender os problemas atuais da América Latina se houver um retorno às teses da Cepal. Isso porque, dessa forma, pode-se analisar os paradigmas que serviram de guia para o modelo de industrialização com substituição de importações. Em conformidade com o que analisa Silva (2021), a Cepal produziu uma análise histórica estruturalista em relação aos países do centro e da periferia, refletindo sobre a inserção global da América Latina na divisão internacional do trabalho.

Nesse sentido, Chang (2004) chama atenção para a análise histórica da economia, em que se verifica a efetividade do livre comércio para países de nível semelhante em desenvolvimento industrial, mas não entre aqueles de diferentes níveis. Além disso discute o fato da política ortodoxa parecer “chutar a escada”, impedindo o real crescimento dos países em desenvolvimento.

A dinâmica do comércio internacional, diferentemente do que propõe a teoria clássica, revela que as relações comerciais estabelecidas entre os países centrais e os países periférico eram definidas por uma “deterioração dos termos de troca” com uma tendência de alta dos preços dos produtos manufaturados e de baixa dos primários, permitindo aos países centrais não só reterem o fruto de suas inovações tecnológicas como ainda captarem parte do gerado na periferia. Nesse contexto, a tese cepalina rompe com

a doutrina clássica de vantagem comparativa, e mostra que não há transferência automática de ganhos de produtividade dos países centrais para os periféricos.

Nesse sentido, descobrir os valores dos termos de troca de um país se torna essencial, além de examinar a formação histórico-econômica da América Latina de uma forma geral. Com a consolidação da agenda do Consenso de Washington na América Latina a partir do final da década de 1980, observou-se a afirmação de uma lógica comercial pautada no livre comércio nos países latino-americanos.

Ribeiro (2020) aponta que a pandemia da Covid-19 trouxe consigo a maior crise a atingir a economia mundial desde a Grande Depressão de 1930. As características da doença fizeram com que a única forma efetiva de conseguir alguma redução da velocidade de disseminação fosse o distanciamento social e, eventualmente, quarentenas e lockdowns. Isso trouxe, como consequência, redução da oferta de mão de obra, rupturas de cadeias globais de valor e uma crise sem precedentes no comércio e na logística internacionais. Em seguida, os mercados financeiros e de commodities foram duramente atingidos, alterando profundamente os fundamentos da economia mundial.

Dito isso, entende ser importante que a literatura estude o período recente de pandemia, inclusive sob o aspecto cepalino, em que se verifica os termos de troca. Há necessidade de pesquisa sobre os recentes acontecimentos que implicam em consequências na estrutura do comércio dos países periféricos, especialmente durante esse período instável e ainda pouco analisado. É importante discutir metodologicamente o problema, para que se coloque em evidência a preocupação em relação às sequelas da pandemia.

Então, como se deu o comportamento do comércio internacional no Brasil durante a pandemia de Covid-19, a partir da ótica dos termos de troca? Esse é o problema de pesquisa do presente estudo. Para isso, busca-se alcançar o objetivo geral: identificar e analisar possíveis mudanças nos termos de troca durante a pandemia.

Como objetivos específicos, objeto de estudo de cada capítulo, estão: apresentar conceitos sobre comércio internacional, termos de troca e debater as principais ideias da Cepal; contextualizar os países da América Latina em relação às suas estratégias de desenvolvimento, a partir do processo histórico e transformações mais recentes; por fim, analisar as transformações e as estabilidades nos termos de troca no Brasil durante o contexto pandêmico.

## **1 PERSPECTIVA TEÓRICA DO COMÉRCIO**

Neste capítulo, pretende-se aprofundar a discussão sobre comércio internacional, a partir de seus aspectos teóricos. Além disso, busca-se traçar uma breve perspectiva histórica em relação as teorias do comércio internacional, passando por clássicos da literatura econômica que são base para o debate contemporâneo. Por fim, propõe-se apresentar as teses da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal).

Para tanto, toma como foco a discussão dos conceitos sobre comércio internacional, termos de troca e Cepal. A partir disso, as estratégias de desenvolvimento e seus respectivos contextos utilizadas pela América Latina poderão ser compreendidas – tema do segundo capítulo.

### **1.1 Teorias do comércio internacional**

De acordo com Prates e Pereira (2015), a prática do comércio está conectada ao início da humanidade, mas o comércio internacional é um fenômeno pós consolidação do Estado Moderno. As razões desta prática, assim como seus fundamentos, foram estudadas por muitos teóricos, como Adam Smith, com a teoria das vantagens absolutas e David Ricardo, com a das vantagens comparativas. Nesse tópico será verificado quais são as principais teorias globais do comércio.

Coutinho et al. (2005) afirmam que as ideias que influenciam o debate sobre o comércio internacional moderna surgiram a partir da segunda metade do século XVIII, já que naquela época o único conhecimento era o da escola mercantilista, que pregava o superávit comercial a qualquer custo.

Os mercantilistas acreditavam que a produção e a exportação deveriam ter o apoio do Estado, e a importação deveria ser desestimulada também pelo Estado (Cassano, 2002). O comércio internacional era uma fonte de riquezas, sob uma ótica peculiar – a de acumulação sem limites de poder de compra, possibilitada por crescentes ganhos derivados de superávits comerciais. Nesse sentido, a doutrina mercantilista defendia o acúmulo de divisas em metais preciosos pelo Estado por meio de um comércio exterior de caráter protecionista.

Portanto, os primeiros sinais protecionistas foram dados ainda no mercantilismo, e as teorias sobre o livre comércio surgem com Smith, Ricardo, Malthus e Mill. O modelo de Heckscher, Ohlin e Leontief são destaques do século XX. Com Adam Smith, surge a

ideia de que as trocas entre países traziam benefício para todos, desde que os países focassem sua produção nos produtos com vantagens absolutas. Para David Ricardo, as vantagens teriam que ser comparativas e não absolutas.

Na leitura dos modelos clássicos realizada por Krugman, Obstfeld e Melitz (2015), um país tem uma vantagem comparativa na produção de um bem se o custo de oportunidade de produzir esse bem, em termos de outros bens, for menor nesse país do que é em outros países. Por outro lado, quando um país pode produzir uma unidade de um bem com menos trabalho do que outro país, o primeiro tem uma vantagem absoluta em produzir aquele bem.

No modelo proposto por David Ricardo, a origem do comércio está relacionada com as diferenças entre países, assim como seus ganhos imediatos. A mão de obra seria o único fator de produção, conforme Krugman, Obstfeld e Melitz (2015), e os países diferenciados a partir da produtividade do trabalho: o padrão de produção de um determinado país seria definido pela vantagem comparativa, logo, o comércio internacional seria benéfico – mas isso não significa que seja justo.

Em Ricardo, percebe-se que os países tendem a exportar os bens nos quais eles têm produtividade relativamente alta, segundo as leituras de Krugman, Obstfeld e Melitz (2015). Além disso, a distribuição dos ganhos depende dos preços relativos das mercadorias que os países produzem e deve-se analisar a oferta relativa mundial assim como a demanda relativa mundial de mercadorias. Ao trabalhar com o modelo de muitas commodities, percebe-se que os custos de transporte podem originar a uma situação em que alguns bens não são comercializáveis.

Na versão elaborada por Krugman, Obstfeld e Melitz (2015) do modelo ricardiano, a mão de obra é o único fator de produção, e os países diferem apenas na produtividade do trabalho em diferentes indústrias. O padrão de produção de uma nação seria, então, determinado pela vantagem comparativa. Os países exportam produtos que sua mão de obra produz de modo relativamente eficiente e importam as que produz de modo relativamente ineficiente. É preciso analisar a oferta mundial relativa e a demanda de mercadorias para a distribuição dos ganhos de comércio. A vantagem competitiva de uma indústria dependeria da sua produtividade em relação à indústria estrangeira e da taxa salarial doméstica em relação à taxa salarial estrangeira. A taxa salarial de um país depende da produtividade relativa em suas outras indústrias.

Ainda sobre essas teorias clássicas, é importante destacar que não há exigência de que o comércio seja justo, então existem situações controversas sobre os ganhos do

comércio sob a ótica de Ricardo: quando as indústrias estrangeiras são competitivas apenas por causa de baixos salários; quando as exportações de um país exigem mais mão de obra do que suas importações. Com isso, temos que algumas previsões do modelo ricardiano são irrealistas. Além disso, o modelo ricardiano não abrange a distribuição de renda.

Uma perspectiva crítica dos modelos que enfatizam o livre comércio como determinante para o desenvolvimento econômico encontra-se nos trabalhos do economista sul-coreano Ha-Joon Chang (2004). No seu livro clássico intitulado “Chutando a Escada”, o autor chama atenção para a importância da análise histórica da economia, em que observa a efetividade do livre comércio apenas para países de nível semelhante em desenvolvimento industrial, mas não entre aqueles de diferentes níveis. Além disso discute o fato da política ortodoxa parecer “chutar a escada”, impedindo o real crescimento dos países em desenvolvimento.

Sobre o livre comércio, Chang (2004) afirma que, apesar dos países desenvolvidos utilizarem políticas diferentes para chegar ao desenvolvimento, as teorias de Adam Smith e David Ricardo são utilizadas para fortalecer a doutrina do *laissez-faire* sobre os países subdesenvolvidos, como se esta fosse a estratégia utilizada pelos países ricos nas suas trajetórias de desenvolvimento. As experiências históricas dos países desenvolvidos não são exploradas amplamente, o que contribui para a predominância da ideia de livre comércio defendida pelos clássicos.

Chang (2004) afirma que os países atualmente desenvolvidos usaram políticas industriais para proteger suas indústrias nascentes e subsidiaram a exportação. Além disso, esses países não tinham, antes do final do século XIX e início do século XX, as instituições agora consideradas essenciais aos países em desenvolvimento. Logo, eles não seriam o que são hoje se tivessem adotado as políticas e as instituições que agora recomendam aos países em desenvolvimento.

É nesse sentido que Chang (2004) afirma que as políticas e instituições recomendadas são uma forma de “chutar a escada” pelo qual os países conseguiram subir ao topo e esconder os “segredos do sucesso” para impedir que os atuais países em desenvolvimento consigam subir e desenvolver suas economias. As políticas e instituições utilizadas contradizem a visão ortodoxa, isto é, o papel das políticas de *laissez-faire*.

Nessa perspectiva, um aumento nos termos do comércio aumenta seu bem-estar? Para as teorias tradicionais sim. Além disso, as tarifas e subsídios são temas que verificam

opiniões divergentes: os dois causam ineficiência em termos de comércio para as teorias tradicionais, contudo, possuem consequências na distribuição de renda dos países e isso é levado em consideração nas políticas econômicas.

Algumas releituras podem ser feitas, de acordo com Krugman, Obstfeld e Melitz (2015), como o fato de o comércio poder ser resultado do aumento dos retornos ou das economias de escala, já que dão incentivo aos países para se especializarem. Outra questão seria entender que países em desenvolvimento possuem fatores de comércio diferentes dos países desenvolvidos, contudo, para a teoria *mainstream*, a política de comércio pode ser analisada utilizando as mesmas ferramentas analíticas.

Diferentemente do que foi exposto pelos modelos tradicionais ortodoxos, um grupo de economistas da América Latina concluiu que as teorias do comércio internacional não eram suficientes e não refletiam a realidade dos países em desenvolvimento. É o que será analisado no próximo tópico.

## **1.2 As Teses da CEPAL e o Modelo de Industrialização baseado na Substituição de Importações**

Amaral Filho (2018) afirma que só é possível estudar e compreender os problemas atuais da América Latina se houver um retorno às teses da Cepal. Isso porque, dessa forma, pode-se analisar os paradigmas que serviram de guia para o modelo de industrialização com substituição de importações. A Cepal desafiou os paradigmas contidos na teoria neoclássica do comércio internacional e contrapôs as estratégias de desenvolvimento preconizadas pela teoria ortodoxa, sustentada na ideologia do livre comércio.

Isso levou a uma proposição da industrialização como via de desenvolvimento, preconizando uma política de industrialização para dentro, em que o mercado interno teria papel fundamental. Essa prática de voltar-se para o mercado interno era observado nos países latino-americanos nos momentos em que os países centrais estavam em crise, em que ocasionavam escassez de divisas aos países periféricos, obrigando-os a restringir importações. Ocorria de maneira não intencional, por meio das crises econômicas e das guerras mundiais.

Em suma, conforme Amaral Filho (2018) houve uma ruptura em relação ao pensamento ortodoxo neoclássico do comércio exterior. Para a ortodoxia neoclássica, se desigualdade existisse, seria em razão dos mecanismos de proteção utilizados pelas



economias que não aceitavam o modelo multilateral de comércio. Logo, essa desigualdade era entendida como sendo um fenômeno natural e transitório, até as nações reconhecerem a importância e a eficácia das vantagens comparativas. Assim, cada nação deveria se especializar na produção das mercadorias para as quais tivesse uma abundância de fatores de produção, para que fosse tirado o máximo de vantagem alocativa.

Isso causava transferência involuntária de renda da periferia para o centro, já que a abundância de capital dos países centrais faria com que estes se especializassem em bens industriais, já a periferia em bens primários – em razão da oferta abundante de terra e força de trabalho. Ou seja, as economias primário-exportadoras eram desfavorecidas pela deterioração dos termos de troca.

Nesse sentido, percebeu-se a necessidade de um projeto de industrialização para a periferia apoiado por uma intervenção estruturada e voluntária do Estado: um Estado industrializante. A estratégia do Estado deveria se pautar decididamente por uma política de longo prazo, centrada na industrialização, onde o Estado teria o papel de planejador, orientador e criador de um ambiente adequado para o desenvolvimento, enquanto as empresas privadas teriam o papel central nas decisões econômicas finais assim como na alocação e produção, conforme explica Amaral Filho (2018). Com isso, tem-se que, as teses de Smith e Ricardo sustentavam o status quo das exportações do Centro, algo que também foi debatido por Chang (2004).

Conforme Silva (2021), o Conselho Econômico e Social da ONU, em 1947, se interessou em compreender as economias socialmente vulneráveis e, para tanto, passou a tarefa para um comitê de criar uma comissão específica para isso. A ideia é que o diagnóstico promovido através do estudo trouxesse benefícios. Nesse momento já se criava hipóteses de que havia tendência de deterioração dos termos de troca.

Pelosi e Santos (2018) afirmam que as teorias cepalinas foram criadas no contexto pós segunda guerra mundial e das políticas keynesianas. Elas se centraram na presença do Estado para dinamizar o investimento, a atividade produtiva e para manutenção do pleno emprego. Em conformidade com o que analisa Silva (2021), a Cepal produziu uma análise histórico estruturalista em relação aos países do centro e da periferia, refletindo sobre a inserção global da América Latina na divisão internacional do trabalho. A Cepal ganhou destaque na década pós-1945, momento em que as economias latino-americanas estavam em pleno processo de industrialização e urbanização, potencializado pelo rápido crescimento.

Assim também afirma Haffner (2002), consoante que a análise partia de uma perspectiva histórica, e a conclusão da pesquisa foi no sentido da necessidade de industrialização, a partir de mudanças fundamentais nas estruturas produtivas dos países em desenvolvimento, para que as técnicas produtivas sejam absorvidas e os resultados da produção não sejam transferidos para o exterior. Silva (2021) ressalta que a Cepal teve um respaldo estatal e acadêmico e que justificou projetos políticos de muitos governos da América Latina. Desde o início, por serem vinculados às Nações Unidas, tiveram um caráter fortemente *policy-oriented*.

Segundo Haffner (2002), a Cepal apontava os efeitos negativos que o livre comércio produzia nos países periféricos. A partir da visualização dessas consequências negativas, os governos deveriam planejar meios para alcançar a industrialização para que se modificasse as estruturas dominantes. O objetivo era diminuir a dependência externa para atingir o desenvolvimento econômico.

Nessa mesma perspectiva, Street (1987) também afirma que nos anos 1950, um grupo de economistas da América Latina, como Raúl Prebisch, Osvaldo Sunkel, Aníbal Pinto Santa Cruz, começaram a analisar os problemas regionais como um processo de crescimento distorcido que não poderia ser analisado e entendido de acordo com os modelos econômicos padrões e tradicionais apresentados pela América do Norte e Europa. A escola estruturalista mostrou que, dado o traçado cultural histórico da América Latina, confiar na força de mercado contribui para decisões de investimento especulativas e superficiais incompatíveis com as exigências de um crescimento ordenado.

Tavares (2000) explica que os estudos da comissão visavam a saída do modelo primário exportador para o processo de industrialização via substituição de importações endógeno, em corolário a uma política externa de ajuda norte-americana desfavorável para a América Latina. A teoria da dependência ganhou destaque no debate sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento, em meados da década de 1960, de acordo com Chaib (2020). O objetivo era compreender e explicar o desenvolvimento socioeconômico da América Latina. Os autores apontavam que os países do centro se apropriavam de uma mais-valia produzida nos países periféricos. Com isso, esse ganho passou a integrar a dinâmica de acumulação dos países do centro, mas não nos países periféricos.

Para Marques e Campos (2020), o conceito de centro e periferia – inicialmente colocado por Prebisch – está diretamente vinculado à Revolução Industrial, momento em que o centro concentra as melhores técnicas de produção capitalista, o contrário da periferia (atrasada quanto à organização e tecnologia). Os países do centro absorvem

integralmente o fruto do progresso técnico, já os periféricos transferem parte do seu progresso técnico, através da estrutura produtiva desses países e diferença de elasticidade-renda dos bem primários e industrializados.

Para Bielschowsky (2020), os países periféricos possuem baixa diversidade produtiva, especialização de bens primários, grande heterogeneidade estrutural e oferta abundante de mão de obra com baixos rendimentos do trabalho, quadro institucional com agentes pouco favoráveis à acumulação de capital e progresso técnico. A dinâmica do comércio internacional, diferentemente do que propõe a teoria clássica, implicava em preços dos industrializados com movimentação de valorização com tendência de alta, mas os ganhos não implicavam em distribuição igual, explicam Marques e Campos (2020).

Mesmo quando há melhora dos termos de troca na periferia, é temporária, já que na fase descendente, a redução dos lucros ocorre de maneira desequilibrada entre centro e periferia, segundo Marques e Campos (2020). Essa teoria ainda é uma ferramenta relevante para interpretação do comércio mundial, a partir do método histórico estruturalista. Os países da periferia possuem características em comum, são desiguais em renda e possuem heterogeneidade produtiva. Os países chamados centrais possuem homogeneidade da estrutura produtiva de demanda, segunda Marques e Campos (2020), além de maior produtividade do trabalho.

A Cepal trouxe uma nova interpretação da teoria ricardiana, segundo Pelosi e Santos (2018), e o relatório apresentado pela ONU, em 1949, apontava para a deterioração dos termos de intercâmbio entre países periféricos e industrializados, assim como a tendência secular de estagnação econômica dos países exportadores de produtos primários.

Como dito anteriormente, nesse sentido, a tese cepalina rompe com a doutrina clássica de vantagem comparativa, e mostra que não há transferência automática de ganhos de produtividade dos países centrais para os periféricos. O centro importava bens primários com demanda inelástica, então uma variação da renda do centro impactaria pouco na variação de demanda desses bens, contudo, na área periférica, há importação de bens industrializados, como possuem demanda elástica, Marques e Campos (2020) expõem que a variação da renda promove impacto elevado na demanda.

Logo, há consolidado dentro dessa tese que há deterioração dos termos de troca a partir do comércio entre países da periferia e países do centro. Bielschowsky (2020) sintetiza que a análise da inserção internacional tem como foco o estudo da deterioração

dos termos de intercâmbio, já que haveria desequilíbrio estrutural e deveria ter integração econômica regional para que pudesse amenizar os gargalos externos na América Latina.

Raul Prebisch, em 1949, afirma que a defasagem entre as remunerações dos fatores de produção entre os países alimenta as assimetrias, e os preços dos produtos primários se deterioravam em relação aos preços dos manufaturados dos países centrais (Pelosi e Santos, 2018). Ou seja, o progresso técnico ficou concentrado nos países do centro. Os trabalhadores do centro tinham maior poder sindical, que conseguia elevar salários, diferentemente da periferia. Com isso, a deterioração dos termos de troca e o processo de industrialização desencadeavam desequilíbrios na balança de pagamentos dos países periféricos.

Segundo Pelosi e Santos (2018), um fator central colocado pela Cepal é o da necessidade de análise histórica e institucional, além da capacidade política e sindical. Celso Furtado (1961) apontava que a alta propensão ao consumo das elites da periferia se tornava prejudicial, porque desestimulava produtividade e inibia a capitalização. Analisar a questão estrutural das relações comerciais internacionais e perceber a necessidade de industrialização era o principal foco.

A Cepal verificou que a captação do desenvolvimento não era uma tarefa simples como reduziam as teorias tradicionais da economia. Importante ressaltar que a colonização cultural (que promovia o uso particular e concentrado do excedente) deu origem às economias subdesenvolvidas, de acordo com Pelosi e Santos (2018). Com o passar do tempo, a lógica de dependência fica cada vez mais difícil de ser revertida.

Nesse sentido, Rostoldo (2021) afirma que os países dependentes serão sempre subdesenvolvidos, e, por isso, Sunkel pontua que o subdesenvolvimento não pode ser colocado como uma fase de evolução de uma sociedade, como se o econômico, o político e o cultural fossem isolados e autônomos. De acordo com Silva (2021), de 1948 até 1960, as ideias da Cepal foram centradas na industrialização e o resultado foi o fortalecimento das relações Sul-Sul, em especial na América Latina, pois os governantes e a conjuntura da época ajudaram nesse processo.

Esse contexto reforça a necessidade de revisitar os estudos já produzidos e, nesse sentido, Rostoldo (2021) identifica a importância ao discutir deterioração dos termos de troca, a partir da perspectiva cepalina, em que se coloca como fundamental para entender o desenvolvimento histórico e social da América Latina.

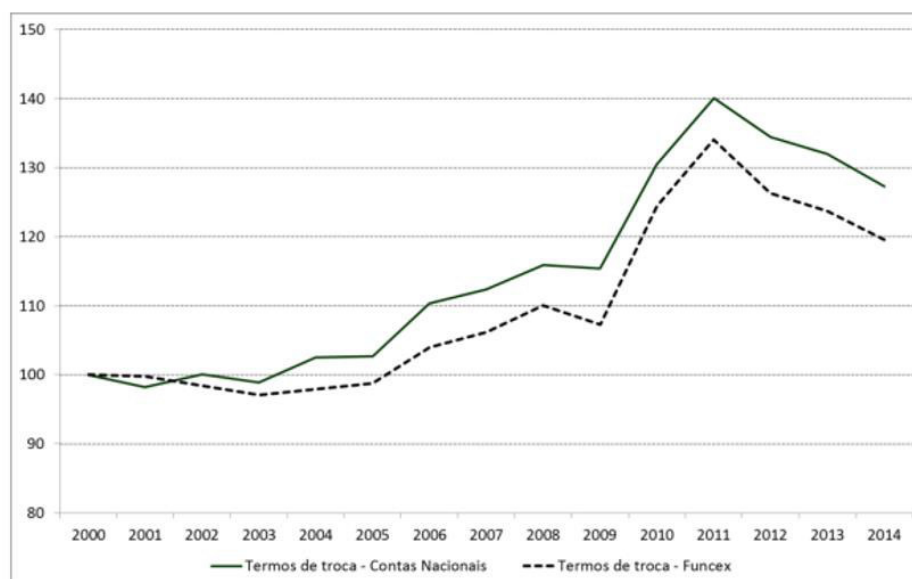
### 1.3 Termos de Troca

Bastos (2015) define termos de troca como a relação entre preço das exportações do país e os das suas importações. Infere-se que, uma melhoria nos termos de troca (um aumento na razão  $P_x/P_m$ ), *ceteris paribus*, aumenta a renda real – é possível que o país importe mais com as mesmas exportações.

De acordo com Street (1987), Prebisch apontava que uma deterioração a longo prazo nos termos de troca demonstra empiricamente e explica por diferentes elasticidades de demanda, graus de competição nos mercados de recursos versus bens acabados e outros fatores peculiares às respectivas características culturais das regiões comerciais.

Conforme conceitua Bastos (2015), termos de troca seria, então, a relação entre preço das exportações do país e os das suas importações. É relevante notar que, para o gráfico foram calculados os ganhos de comércio e a renda interna bruta real para o Brasil de 2001 a 2014, segundo a metodologia proposta no manual de contas nacionais da ONU. No Gráfico 1 é possível verificar uma melhora média nos termos de troca no Brasil de 2003 até 2011.

Gráfico 1: Termos de troca no Brasil – 2001 a 2014



Fonte: Bastos (2015, p. 4).

Com isso, uma deterioração secular dos termos de troca e o consequente aumento do ônus do pagamento da dívida, conforme Street (1987), levava a uma crescente dependência dos países em desenvolvimento, e que essa tendência exige novos arranjos

institucionais nacionais e internacionais. Nesse sentido, apresenta-se relevante ter a definição dos termos de intercâmbio, para que se compreenda a perspectiva cepalina.

Até aqui foram alcançados os objetivos específicos propostos no início do capítulo. A partir desses conceitos será possível compreender a trajetória do desenvolvimento da América do Sul: as principais discussões sobre o comércio internacional, a Cepal e o termo de troca são categorias centrais para o debate do próximo capítulo.

## **2 TRAJETÓRIA DE DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO**

Na segunda parte desse trabalho, examina-se a formação histórico-econômica da América Latina para contextualizar o ambiente em que se insere o Brasil, com o objetivo de analisar a relação com as estratégias de desenvolvimento. Busca-se, depois, traçar uma perspectiva histórica, social e econômica do desenvolvimento brasileiro, com o intuito de compreender as possíveis mudanças ocorridas no período pandêmico – assunto do terceiro capítulo. Qual a estrutura produtiva de comércio internacional, em nível de dependência, esse país possui? É o que se espera responder ao final deste capítulo.

### **2.1 Estratégias de desenvolvimento dos países periféricos**

A situação de subdesenvolvimento se produziu historicamente quando a expansão do capitalismo comercial e depois do industrial vinculou a um mesmo mercado economias que, além de apresentar graus variados de diferenciação do sistema produtivo, passaram a ocupar posições distintas na estrutura global do sistema capitalista. Para Rostoldo (2021), dependência e subdesenvolvimento estão diretamente conectados, e subdesenvolvimento é ser dependente. Vaz e Braz (2020) relatam que nos anos da Segunda Guerra Mundial, o processo de industrialização e de desenvolvimento econômico estava intenso na América Latina. O crescimento no PIB, mesmo com expansão das importações e instabilidade macroeconômica, significou a superação das teses das vantagens comparativas.

Outro fator em comum no período é a ascensão de diversas lideranças que, ao menos no início, não apresentariam este viés liberal. no Brasil, Getúlio Vargas, na Argentina, Juan Domingo Perón, por exemplo. considerados os responsáveis por dar início a transformação da estrutura produtiva de seus devidos países em meio à crise do regime político oligárquico, afirmam Vaz e Braz (2020). A primeira globalização, entre 1870 e 1930, teve crise financeira no início dos anos 1910 e depois pelos efeitos combinados da Primeira Guerra Mundial e da gripe espanhola, conforme explicam Zárate e Redondo (2022).

Veio a crise de 1929 em meio aos esforços de retomada do comércio, que iniciou uma lógica protecionista. Nesse período prevaleceu o modelo keynesiano de estímulo à demanda até meados da década de 1970, segundo Zárate e Redondo (2022). Silva (2021) explica que as duas guerras mundiais e a crise de 1930, alteraram a lógica defendida pelo

*mainstream*, já que a realidade dos países latino-americanos já não era mais explicada pela teoria tradicional do comércio internacional e se tornou obsoleta nesse sentido e para essa realidade.

Como citado anteriormente, a perspectiva da Cepal buscou explicar a realidade desses países e serviu para justificar os projetos políticos de vários governos da época. Havia necessidade de industrialização para superar o subdesenvolvimento. Para Silva (2021), foi constatado a tendência de desequilíbrio estrutural na balança de pagamentos e prescreveu a integração econômica regional para amenizar a força dos gargalos externos na América Latina.

Para Pelosi e Santos (2018), a relação de dependência fica cada vez mais difícil de ser revertida, com a rápida diversificação de bens de consumo impulsionada pelo centro e demandada pelas elites periféricas. A entrada de grandes empresas passa a substituir àquelas empresas que deram início ao processo de industrialização.

Vaz e Braz (2020) afirmam que alguns países da América Latina apresentavam, antes de 1929, uma indústria em nascimento, como a Argentina. Contudo o processo de industrialização após 1929 é de mudança em um nível mais intencional e estrutural, enquanto estratégia de desenvolvimento, que prevaleceu na América Latina nesse período.

Vaz e Braz (2020) também colocam que nasceu um fenômeno diferente no sentido do desenvolvimento econômico daquela região, em que os países periféricos passaram a desenvolver parte dos produtos que não tinham condições de importar, principalmente produtos industriais. A partir da Cepal, no contexto no pós-segunda guerra, nasceu a associação Latino-Americana de Livre-Comércio (ALALC) em 1960. Os países que formariam o Mercosul vinham de regimes ditatoriais e de recessões econômicas, como foi o caso da Argentina e do Brasil.

Após a Segunda Guerra Mundial, com as instituições criadas em Bretton Woods, o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) e na nascente União Europeia— houve uma decolagem do comércio. Nesse período surge a chamada Terceira Revolução Industrial—, dando origem à Segunda Globalização. Barreiras tarifárias e de investimento caíram para níveis mínimos.

Vaz e Braz (2020) voltam a explicar que esse foi um período de tentativa de transformação das políticas econômicas para aproveitar a conjuntura e favorecer a integração e cooperação internacional. O setor industrial se diversificou para penetrar mercados mais amplos e parte do progresso tecnológico foi incorporado no setor agrícola.



Ainda Vaz e Braz (2020) apontam que, em relação ao capital produtivo, os setores de maior complexidade tecnológica tenderam a receber uma maior penetração de capital estrangeiro, enquanto os setores primários acabaram por sofrer um processo contrário, de maior nacionalização.

Logo depois, a crise de 1980 e a segunda crise do petróleo (em 1979) desaceleraram novamente o crescimento do comércio exterior. Com o fim da guerra fria, os Estados Unidos, Europa e Japão se direcionam ao sistema econômico neoliberal. Isso levou a um aumento do comércio, de acordo com Zárate e Redondo (2022). Na América Latina houve a repercussão da agenda do Consenso de Washigton, direcionada aos países devedores – já que havia uma grande crise de dívida nos países latinos nesse período. Os termos tinham cunho de aplicação do modelo neoliberal, conforme explicam Zárate e Redondo (2022).

A liberalização financeira é um dos pontos centrais do debate. As taxas de juros deveriam ser determinadas pelo mercado e a privatização é proposta dos negócios. Da mesma forma, indicou que os salários devem ser flexibilizados –reduzidos– para tornar-se mais competitivo.

Nesse sentido, o governo passou a ser separado da gestão do comércio exterior e mercados financeiros e a porta foi aberta para o setor privado, que, com sua poupança, geraria investimentos, em tese, mas não foi isso que aconteceu. As desigualdades se ampliaram.

Para Marques e Campos (2020), a dinâmica do comércio mundial mudou sua estrutura a partir dos anos 1970. Nesse período inicia o processo de financeirização das economias por meio da desregulamentação das contas de capitais, da liberalização dos fluxos e crescimento dos investimentos transnacionais.

Os países da América Latina intensificaram essa política na década de 1980, durante os governos de direita, segundo Marques e Campos (2020). Houve realocação dos principais centros fabris dos países centrais para regiões de menor custo de mão de obra, terceirizando a produção dos manufaturados por meio dos investimentos diretos das empresas transnacionais.

A configuração da matriz estrutural capitalista e as relações de dependência parece ter contribuído para a fuga das grandes organizações do centro capitalista e o conseqüente desmonte do Estado de Bem-Estar Social nesses países a partir dos anos 1970, conforme Pelosi e Santos (2018).

Diferentemente dos países do centro capitalista, em que a manutenção do Estado de bem-Estar requer maiores salários e benefícios sociais – menor lucro sobre a produtividade -, os países periféricos possuem menores taxas de impostos e mão de obra, o que se torna ainda mais atraente do ponto de vista dessas empresas.

Conforme Pelosi e Santos (2018), os países latinos ficaram sem políticas sociais de desconcentração fundiária e de renda, com uma menor presença do Estado na economia, demonstrando a permanência e o recrudescimento da diferenciação do consumo. Ou seja, na América Latina, o processo de globalização econômica não contribuiu para modificar as características essenciais do subdesenvolvimento.

Amaral filho (2018) aponta que após o momento das políticas aplicadas de acordo com o “Consenso de Washington”, as economias latino-americanas encontram-se desamparadas de uma referência de modelo estrutural de desenvolvimento de longo prazo; ou seja, desprovidas de um novo paradigma que possibilite formar uma nova estratégia de emparelhamento (*catching-up*) em relação aos países desenvolvidos.

Rostoldo (2021) então coloca que, ao contrário do que prometia a teoria das vantagens comparativas, durante o século XX a maior lentidão no progresso técnico dos produtos primários em relação aos industriais não estava motivando o encarecimento dos primeiros em relação aos últimos. Com isso, tem-se a manutenção da dependência externa das economias periféricas que promoveram liberalização – ou seja, perderam autonomia das políticas nacionais de desenvolvimento.

Com isso, a oferta ilimitada de mão de obra dessas regiões abrange as atividades de baixa produtividade e a indústria nascente se torna incapaz de absorvê-la, formando o chamado “exército industrial de reserva”. A literatura já consolidada sobre o tema confirma a tendência de deterioração dos termos de troca e Marques e Campos (2020) concluem que existe maior volatilidade nos preços das commodities do que nos bens industrializados.

Os projetos de desenvolvimento latino-americanos sempre se preocupavam com a inserção externa dos países. A partir da metade da década 1980 - momento em que a relação financeira entre os países mais e menos desenvolvidos muda - a forma de financiamento externo dos países da América Latina foi modificada.

Dentro dessa relação, quem tem mais força são os credores. De acordo com Américo Moreira e Scherer (2002), a securitização das dívidas públicas elevou o grau de dependência dos países em relação aos mercados – o que ocasiona ainda mais atraso no ritmo de acumulação produtiva, assim como no nível de investimento e emprego.

Durante a década de 1980, os autores apontam que ascendeu o termo “mercado emergente” – momento significativo em que a ideia de mercado substituiu a palavra “país”. A dominância financeira aqui se torna visível e integra a formação econômica dos países da América Latina.

Nesse sentido, eles afirmam que o abandono das políticas comerciais protecionistas impulsionou o poder financeiro nas economias emergentes da América Latina. A abertura comercial e a desregulamentação das economias locais estimularam a entrada de capital estrangeiro e forçaram uma modernização na produção – o que precarizou muitas as condições de trabalho.

De acordo com Zárate e Redondo (2022), o Consenso de Washington foi uma crítica ao modelo anterior de industrialização por substituição de importações. As assimetrias econômicas criaram desequilíbrios comerciais, devido as grandes vantagens das empresas multinacionais que passaram a abranger grande parte dos mercados das economias subdesenvolvidas, além de gerar dependência de capital estrangeiro e déficit na manufatura porque são economias predominantemente agrícolas.

Houve uma inserção dos países com economia maiores da América Latina economia mundial, mas não houve preocupação com consequências advindos do ciclo turbulento do mercado financeiro mundial, de acordo com Moreira e Scherer (2002). As sucessivas crises nos países latinos que têm origem na lógica do regime de acumulação sob dominância financeira demonstram a instabilidade dessas políticas. Isso demonstra insegurança do ponto de vista das economias e necessidades locais.

Contudo, a mudança nos preços do petróleo afetou de forma diferente os países latinos. Como boa parte dessas nações passaram a basear suas economias em financiamento externo, ocorreu um impacto fiscal radical. Não houve capacidade estrutural de se resguardar do que ocorreu na economia mundial no início da década de 1980. Boa parte dos países centrais se encontravam estagnados, por conta da alta competitividade internacional e isso afetou os demais, conforme Vaz e Braz (2020).

O que se tem é que a economia de boa parte dos países periféricos foi afetada por conta do aumento do valor do câmbio americano juntamente com as taxas de juros, levando à crise da dívida na região, que durou praticamente uma década. De acordo com Vaz e Braz (2020), as condições sociais dos trabalhadores foram prejudicadas, assim como a dependência externa voltou a ficar acentuada.

As políticas de estabilização, com elevação das taxas de juros reais, que sobrevalorizaram as moedas nacionais contribuiu para um duplo déficit (orçamentário e

comercial) dessas economias – o que acarretou um continuado acréscimo da dívida pública (Américo Moreira e Scherer, 2002).

A relevância desse processo para a análise aqui proposta é o do aumento de dependência dos países latino-americanos perante os fluxos financeiros internacionais, que aumenta a fragilidade histórica do equilíbrio externo da região – historicamente construída nessa lógica.

De acordo com Américo Moreira e Scherer (2002), o caso mais extremo é o da Argentina, que adotou convertibilidade de sua moeda, momento em que passou a ter uma política monetária dependente dos influxos de capital especulativo de curto prazo. Nesse sentido, percebe-se que, nos países da América Latina, as políticas de liberalização foram bastantes presentes no final do século XX, que favoreceu um processo de acumulação financeira ao invés de acumulação produtiva.

Nesse cenário, os autores pontuam que a condição de mercado emergente fez com que houvesse uma intensificação da transferência de recursos dos países latino-americanos em direção aos países industrializados. Houve uma política dominada pelo curto prazo, em que as firmas estrangeiras privilegiam a liquidez aos investimentos de longo prazo.

Com isso, as commodities caíram, taxas reais subiram, e os países tiveram dificuldade em cumprir as obrigações de dívida. Para cobrir apenas os juros, os principais devedores latino-americanos – Argentina, Brasil e México – tinham que pagar o equivalente a 5% de seu produto interno bruto (PIB) por ano, segundo Vaz e Braz (2020).

Desse modo, os setores produtivos endividados passaram a depender não apenas da política monetária e creditícia interna, mas também das taxas internacionais de juros e da situação do balanço de pagamentos. Havia uma contradição entre capital financeiro e produtivo, pois as operações especulativas passaram a ser mais atrativas aos investimentos e enquanto a parte mais rica da população investe sua renda em capital financeiro, o capital produtivo oferecia baixa taxa de lucro, insegurança e se subordinava ao capital financeiro, concluem Vaz e Braz (2020).

Além disso, houve inflação nos países periféricos. Ocorreu o endividamento do setor público, privado e dos trabalhadores. Todos estes fatores fizeram com que a América Latina vivesse uma transição para liberalização comercial, financeira e diminuição do Estado. Na Argentina, assumiu Carlos Menem em 1989 e Fernando Collor de Mello no Brasil, em 1990.

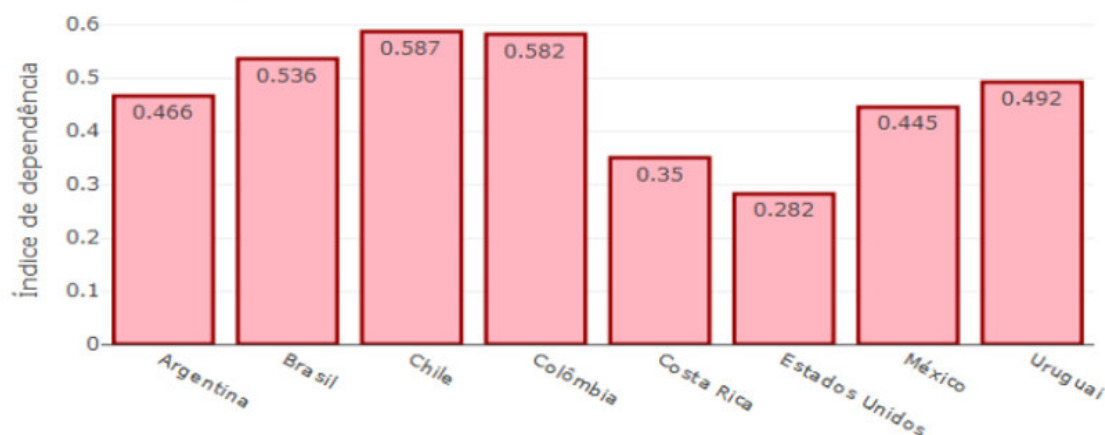
Em conformidade com o que dizem Zárate e Redondo (2022), a América Latina precisaria se inserir na Segunda Globalização dos anos 1990, que é a etapa da política de grande abertura ao comércio e ao investimento estrangeiro. Mas essa receita não deu certo. Na América Latina, o peso dos produtos primários na cesta exportadora foi diminuindo até o final do século, passando a representar pouco mais de 50% do total, no início da década de 1980.

Chaib (2020) criou um índice de mensuração da dependência, o Índice agregado de dependência econômica (IADE), para os anos entre 1990 e 2014. Para o cálculo do índice é considerado a superexploração da força de trabalho (variação de horas trabalhadas por pessoa ocupada, esperança de vida ao nascer, índice de gini, índice de incidência de pobreza em até US\$3,20 por dia); a remessa de mais valor sob outras formas (remessa de juros, lucros e dividendos, como porcentagem do PIB); e transferência de valor no plano do comércio mundial (exportações de baixo e médio teor tecnológico menos exportações de alta tecnologia).

O Chile foi o país com maior grau de dependência, seguido pela Colômbia e pelo Brasil – dentre os países que foram estudados. Além disso, o nível de dependência em alguns países periféricos aumentou durante o aumento das políticas neoliberais. Ainda para Chaib (2020), a dependência pode gerar consequências negativas na atividade econômica dos países, além de aprofundar pobreza e desigualdade social. Como a realidade da América Latina mudou de certa forma, se considerar a época do debate sobre dependência, a autora entende que se deve elaborar uma nova análise para o período atual.

Nesse sentido, a partir do índice criado por Chaib (2020), percebe-se que o país com maior grau de dependência – para o período analisado - é o Chile, seguido da Colômbia e do Brasil, como apresentado no Gráfico 2. O fato do Brasil estar em terceiro lugar nessa lista, deve ser um alerta para que sejam feitas novos estudos e políticas que busquem reverter essa situação.

Gráfico 2: Índice agregado de dependência econômica para os países (1990-2014)



Fonte: Chaib (2020, p.11)

Para Vaz e Braz (2020), os períodos de maior crescimento econômico na América Latina foram períodos em que havia maior intervenção na economia, um dos motivos em que a demanda de produtos primários no mercado global estava baixa, acarretando prejuízos para determinadas elites.

Logo, o que se observa é uma dependência histórica dos países em relação aos fluxos de capital externo. Os países latino-americanos passaram, durante a década de 1990, por um rompimento dos regimes de câmbio fixo, que trouxe para o início do século XXI algumas reflexões, como, por exemplo, a descrença na “mão invisível” que tudo resolve sob o livre comércio.

Américo Moreira e Melo (2002) afirmam que as crises financeiras geraram movimentos com baixa cotações das matérias-primas, o que afetou bastante as economias dos países latino-americanas. Além disso, a especialização dessas economias na produção de bens com fraca intensidade tecnológica não melhora as exportações.

De acordo com Américo Moreira e Magalhães (2014), constata-se a consolidação de um padrão exportador de especialização produtiva na América Latina. Esse novo modelo desencadeou um duplo processo de reprimarização/desindustrialização. Ainda nas economias mais complexas, como México e Brasil, houve submissão ao novo projeto, que segmentou grandes cadeias produtivas globais sob a direção de empresas multinacionais. Houve então uma forte especialização da produção e da base exportadora em commodities agrícolas, metálicas e produtos industriais de baixo valor agregado de origem local

Marques e Campos (2020) afirmam que durante a década dos anos 2000, a América Latina viveu o “boom das commodities”, ocasionado muito pela alta demanda da China por bens primários. Esse fato trouxe alto crescimento e superavit na balança comercial na maior parte dos países latinos. Apesar disso, não houve mudança estrutural significativa na estrutura da economia e a região manteve a posição de exportadora de bens primários.

Entretanto, a partir de 2012, de acordo com Marques e Campos (2020), iniciou o processo de desaceleração do índice de preços, e isso fez com que a pressão para recuperar as taxas de lucro seja exercida sobre a periferia por causa do menor poder de resistir. Com a redução dos ganhos relativos dos países produtores de bens primários, há desequilíbrio entre produtividade e investimento por conta da insuficiência dinâmica do sistema econômico periférico.

Quando nasce a armadilha do subdesenvolvimento, conforme explicam Marques e Campos (2020), a dinâmica da divisão internacional do trabalho manteve os países não industrializados sem a benesse do progresso técnico e agravou a condição periférica.

De acordo com Singer (1950) o aumento de preços no mercado internacional dos produtos primários cria uma oportunidade de acumular recursos para o desenvolvimento industrial, mas na situação contrária, não existe oportunidade para o acúmulo de recursos. Então os países da periferia não desenvolvem de fato a indústria em período de “boom” exatamente porque tudo está bem, mas também não desenvolve na situação desfavorável, porque não conseguem acumular recursos.

Rostoldo (2021) diz que a transição do subdesenvolvimento para o desenvolvimento é dificilmente concebível, no quadro da dependência, valendo notar que o avanço do processo de industrialização na periferia faz crescer o controle por grupos estrangeiros do aparato produtivo localizado. Em consequência, a dependência, antes imitação de padrões externos de consumo mediante a importação de bens, agora se enraíza no sistema produtivo.

A visão do desenvolvimento que prevalece nessas circunstâncias é a de um processo mimético de padrões culturais importados, de uma modernização que significa a adoção de moldes de consumo sem uma verdadeira transformação de fôlego nas estruturas da economia e da sociedade que a adotaram.

Zárate e Redondo (2022) refletem que, no momento pós-crise de 2008, surgiram tendências derivadas de novas formas de cadeia de valor, através de políticas que

desaceleraram a globalização. Há o ressurgimento de governos nacionalistas, caracterizados por promover fortes medidas protecionistas.

Durante o período da pandemia de Covid-19, houve danos econômicos no comércio internacional, e a expectativa é que se reajuste econômica e politicamente nos próximos anos. Nessa perspectiva, o surgimento da covid-19 não trouxe novas tendências econômica, mas acelerou fortemente a ocorrência de processos em desenvolvimento ao longo do século: o uso da internet, robôs e inteligência artificial, com seu impacto no fortalecimento da China como potência mundial e a reversão da América Latina para uma economia de exportação primária.

A pandemia afetou, em graus variados, o tecido empresarial de todo o planeta e, com ele, o comércio exterior, sendo sua queda maior. Mas, devido aos efeitos na saúde, na educação e no tecido empresarial de toda população, suas consequências se arrastarão por várias décadas, o que pode causar grandes conflitos sociais se não houver políticas públicas apropriadas para enfrentar, sobretudo, a distribuição desigual da riqueza.

Sendo assim, a América Latina deve direcionar seus esforços para reconstruir e fortalecer seu mercado interno para ampliar o peso do intercâmbio inter-regional – como primeira tarefa no comércio exterior –, com os quais as economias poderão se aventurar melhor no comércio inter-regional.

Chang (2004) afirma que os países desenvolvidos não conquistaram esse status através do puro livre comércio. Mas, apesar disso, há uma imposição aos países em desenvolvimento de fórmulas institucionais como se fosse o caminho correto a seguir para alcançar o sonhado desenvolvimento. Dito isso, não pode ser ignorado o fato de que os países devem seguir políticas apropriadas ao seu estágio atual de desenvolvimento assim como suas circunstâncias locais específicas, dessa forma as condições de comércio e investimento melhorariam para todos os países – ricos e pobres.

## **2.2 Brasil: aspectos históricos e políticos**

Após a experiência de industrialização fundada no voluntarismo do Estado — cujos resultados variam do fracasso argentino ao sucesso brasileiro — e do reforço da crise da dívida na década de 80, a credibilidade da intervenção do Estado foi questionada. É nesse contexto que a concepção liberal foi persuasivamente oportunista, ao atribuir os efeitos da crise do regime de acumulação substitutiva de importação ao intervencionismo



estatal, esquecendo, de outra parte, os avanços obtidos no largo período entre o pós-guerra e a década de 80 (Américo Moreira e Scherer, 2002).

A integração financeira da América Latina tornou-a mais dependente ainda do ambiente financeiro mundial e das expectativas aí reinantes. O Brasil estava no grupo de países que retornou ao mercado financeiro internacional, que se deu em razão do abandono de políticas comerciais protecionistas, como afirmam Moreira e Scherer (2002). Ao mesmo tempo, o investimento em mercados considerados emergentes (como o Brasil à época) revelou-se bem mais atraente aos grandes investidores internacionais do que o investimento em um país em desenvolvimento.

A arbitragem internacional entre os diferenciais de juros e câmbio efetua-se em tempo real e com um grau de sensibilidade bastante elevado. Pequenas modificações nessas variáveis podem levar a grandes variações nas posições dos investidores, o que, por sua vez, tende a amplificar ainda mais o efeito inicial.

Por outro lado, Zárate e Redondo (2022) analisam que foram desastrosos os efeitos socioeconômicos da globalização nos países subdesenvolvidos. Entre os analistas desta perspectiva estão Joseph Stiglitz e Dani Rodrik. A crise de 2008 fez soar um sinal de alerta, embora suas causas imediatas não estavam entrelaçadas com o comércio mundial. Na América Latina, como se vê, a globalização não apresentou resultados promissores no período observado, talvez devido à mesma concepção do Consenso de Washington. Apesar da abertura, o comércio da América Latina caiu, tanto no total em volume quanto no setor que apresenta maior valor agregado, manufaturas, e em termos de preços, por colapso da mercadoria.

Para Costa (2016), o processo de construir o Estado estabeleceu bases distintas para o exercício da política econômica nos países, por exemplo Brasil e Argentina, mas que, nesse caso, de resto, partilharam uma série de características comuns. Para ambos os países, o dinamismo econômico significou, nesse período, a extensão da fronteira agrícola e a exportação de produtos primários, ambos tendo recebido grande impulso do alargamento e intensificação dos fluxos de comércio na segunda metade do século XIX. Tanto o Brasil como a Argentina atraíram importantes fluxos de capital e de mão-de-obra que vieram a transformar qualitativamente o cenário econômico e social desses países. A força, a direção e os limites das mudanças dependeriam sobretudo das estruturas econômicas, sociais e institucionais internas, estabelecendo diferentes caminhos de desenvolvimento capitalista.

Ao dinamismo associava-se também uma maior vulnerabilidade das economias exportadoras de produtos primários aos movimentos das economias centrais, fazendo com que o período em questão seja também pródigo em “choques externos”, “crises da dívida”, e recorrentes esforços de ajuste nos países latino-americanos. As similaridades apontadas entre os dois países ocultam, porém, profundas diferenças no dinamismo econômico, no plano social e no redesenho político e institucional de cada um, de acordo com Costa (2016). Embora fosse um país muito mais populoso que a Argentina, tendo ganhado inserção no comércio mundial desde a primeira década da Independência, o Brasil teve um desempenho muito menos satisfatório, quaisquer que sejam os índices escolhidos para a comparação (crescimento das exportações, construção ferroviária, taxa de médicos ou professores por habitantes).

Segundo Costa (2021), a especificidade da economia cafeeira é atribuída à excepcional produtividade das terras, à incorporação de mão-de-obra imigrante e à montagem de uma infraestrutura de transporte. Ainda na década de 1920 o Brasil poderia ser descrito como uma economia dotada de um pequeno setor moderno, inserida em um extenso setor de subsistência, produzindo bens e serviços fora do nexos mercantil, a produtividade do trabalho era muito maior no setor moderno do que no setor de subsistência.

No caso brasileiro, ainda verificando a análise de Costa (2016), o crescimento das exportações significou uma crescente especialização na produção cafeeira, cuja percentagem no conjunto das exportações primárias cresce de 45,55% (1861/70) para 72,5% (1924/29). Ao mesmo tempo, o Brasil ganha uma participação crescente na produção mundial de café, chegando a concentrar 2/3 dessa produção na virada do século. Diferentemente do Brasil, a Argentina não desfrutou da possibilidade de controlar a oferta ou influir no estabelecimento dos preços de seus produtos de exportação. A trajetória argentina, portanto, parte da situação de um produto único (os derivados da pecuária), em meados do século, para uma crescente abertura de novas frentes de exportação. Inversamente, o Brasil tende a especializar-se crescentemente no café, e em 1830 o café já participava com 18% do valor das exportações do Brasil, em seguida ao açúcar e ao algodão. Em 1850 já ocupava o primeiro lugar, com mais de 40% do valor das exportações.

A expressão “economia primário-exportadora” descreve, durante a quase todo o século XIX, atividades de produção agrícola tropical que vêm se desenvolvendo desde o período colonial. Elas formavam espécie de ilhas exportadoras escassamente integradas,

cujo traço comum foi a produção extensiva e predatória e, até 1888, a utilização da mão-de-obra escrava. No caso da economia brasileira, afirma Costa (2016), nunca será excessivamente enfatizado o papel contraditório do escravismo – ao mesmo tempo viabilizando a permanência do Brasil independente nos fluxos internacionais de comércio, sem solução de continuidade e mantendo o caráter colonial e arcaico da economia brasileira durante todo o século XIX.

Em seu processo de formação, o Estado brasileiro também teve que enfrentar fortes resistências à concentração de poderes no centro político. Entretanto, apesar da formidável onda de revoltas centrífugas, que se desenvolveram entre 1831 e 1848, o centro político estabelecido no Rio de Janeiro não perdeu o controle do processo, desenvolvendo uma trajetória de concentração de poder já ao longo de década de 1840. A manutenção do tráfico permitiu que a produção agrário-exportadora prosseguisse sem abalos significativos, abrindo, inclusive, nova e decisiva frente com o desenvolvimento da cafeicultura fluminense na década de 1830.

A partir da década de 1820 o Brasil se faz independente mantendo aquela estrutura e lentamente procurando convertê-la nas bases de um Estado soberano. A grande política econômica soldadora de interesses, conforme entendimento de Costa (2016), foi a manutenção do escravismo até a década de 1870. A crise do Estado Imperial torna-se endêmica a partir da década de 1870. Em 1885/86 os direitos de exportação constituíam 44% do total das rendas provinciais. Foram limitados os efeitos de dinamização econômica, que não foi capaz, por exemplo, de impulsionar a formação do mercado interno e de abolir as tarifas interprovinciais. Embora divergentes em seus interesses específicos, as forças políticas provinciais tendiam a ver no governo central e na sua política de centralização um inimigo comum, fazendo-as convergir para a causa federalista ou, pelo menos, desinteressando-as pela continuidade do Império.

Em 1889, o Brasil tornou-se uma República Federativa herdando o endividamento das últimas décadas do Império ao mesmo tempo em que procurava descentralizar o sistema fiscal, o que explica, em parte, as dificuldades que assolaram a implantação de novo regime. Ao longo da República Velha (1889/1930) as sucessivas intervenções a favor da sustentação dos preços do café iriam exacerbar o conflito regional. Sua tônica, diferentemente do que ocorria na Argentina, não passava pela reiteração do livre-câmbio, mas pela crítica ao favoritismo desfrutado pela oligarquia cafeeira.

A transformação política iria apontar, depois de 1930, tanto para a intervenção econômica como para a centralização política e fiscal. Para Bresser-Pereira (2010), a

partir de 1930, o Estado brasileiro se pauta pela estratégia de avançar o rumo à industrialização. Elaborando políticas econômicas de caráter nacional, estatização da luta econômica, ou seja, suprimindo outros espaços para a luta de classes, criando aparelhos regulatórios de expansão do setor agrário-exportador e projetos de avanço da acumulação capitalista industrial. Enquanto fenômeno histórico, o Nacional-Desenvolvimentismo pode ser caracterizado também, como a estratégia de desenvolvimento que as economias latino-americanas se utilizaram para aproveitar da fragilidade do centro capitalista para assim, promover as mudanças estruturais necessárias. Além disso, julgava-se que o Estado deveria fazer investimentos diretos em infraestrutura e em certas indústrias de base cujos riscos e necessidades de capital eram grandes. Essa estratégia foi chamada de nacional desenvolvimentismo.

Para apresentar a trajetória de desenvolvimento brasileiro, é preciso analisar o processo de substituição de importações como modelo de desenvolvimento. No modelo tradicional de desenvolvimento “para fora”, a exportação foi variável exógena importante da renda nacional, sendo a principal fonte da renda nacional, de acordo com Tavares (1972). O contexto histórico brasileiro é de dependência externa, pois, as exportações eram praticamente a única componente autônoma de crescimento com alto efeito multiplicador de renda e desemprego. Havia dependência da importação pela ausência de uma estrutura produtiva sólida para produzir os bens importados. Com a reduzida atividade industrial, juntamente com o setor agrícola de subsistência eram insuficientes para dar à atividade interna dinamismo própria.

Na década de 1930, há ruptura do modelo “para fora” no Brasil. Por conta da crise de 1929, a dinâmica do processo de substituição de importação foi uma resposta ao desequilíbrio externo. Houve queda nas exportações, redução do coeficiente de importações, medidas anticíclicas e fortalecimento do mercado do mercado interno para conter a crise. Começava o modelo de desenvolvimento “para dentro”, através da importação de bens de capital e acarretou redução da importância externa e aumento do dinamismo interno. O Brasil tem um histórico de modelo tradicional exportador e a partir da crise da década de 1930 houve medidas de defesa do desequilíbrio externo adotadas pelo governo brasileiro. Tavares (1972) afirma que uma fragilidade desse processo foi a falta de mudança substancial da divisão do trabalho, problema dos altos custos e falta de competição e falta de planejamento. A dificuldade foi descobrir como transitar do modelo de substituição de importações para um modelo autossustentável de crescimento. Como consequência, houve uma relação enfraquecida entre os setores modernos e não

modernos; vínculo mais estreito com a região nordeste; e problemas de materialização do excedente no Centro-Sul.

Para Tavares (1972), nas condições do modelo de substituições, é difícil que o processo de industrialização se dê da base para o vértice da pirâmide produtiva, isto é, partindo dos bens de consumo menos elaborados e progredindo lentamente até atingir os bens de capital. Seria necessário que o edifício fosse construído em vários andares, simultaneamente, mudando apenas o grau de concentração em cada um deles, de período a período.

Segundo Tavares (1972), qualquer processo de concentração é acompanhado de perto por outro de desconcentração e reconcentração e o resultado pode ou não representar um aumento do coeficiente global de concentração. O processo de reconcentração no Brasil ocorreu através de mecanismos de poder exercido pelo Estado e do crescente controle financeiro e tecnológico em mãos do capitalismo internacional. Apesar do desenvolvimento do setor financeiro, ter resultado em modernização operativa, diversificação de instrumentos financeiros e um certo grau de especialização de funções; o financiamento de longo prazo a investimentos continuou dependendo, basicamente de fundos especiais, estrangeiros ou públicos, ligados a agências de desenvolvimento, nacionais ou regionais.

Silva (2003) corrobora que a partir de 1961, o Brasil já havia alcançado elevado grau de maturidade econômica e promoveu-se uma mudança no seu desenvolvimento. Nessa fase, o desenvolvimento industrial permitiu estabelecer uma maior flexibilização no câmbio, de modo a promover uma nova inserção do País no comércio internacional, mediante a transformação do Brasil em exportador de produtos manufaturados. A partir disso, verificou-se a emergência de uma nova estratégia de desenvolvimento: o modelo substitutivo de exportações. O caráter independente da política externa brasileira consolidou esse modelo e permitiu que, em meados de 1970, o Brasil conquistasse mercados para exportações de armamentos, veículos de passeio, maquinaria e eletrodomésticos. De 1974 a 1979, a participação dos produtos manufaturados na pauta de exportação brasileira aumentou 47%. Todavia, o aumento explosivo dos preços do petróleo comprometeu os resultados do desempenho favorável das exportações brasileiras. Apesar da situação desfavorável, o Brasil continuou a crescer a taxas superiores a 7% ao ano entre 1974 e 1979. A participação dos produtos manufaturados na pauta de exportação brasileira aumentou 47%.

Vaz e Braz (2020) lembram que o volume de importações brasileiro cresceu 1% entre 1974 e 1980. Já o volume de exportações cresceu 10% ao ano, com uma grande participação do setor industrial. A política econômica permaneceu com um viés desenvolvimentista, no caso brasileiro especificamente, ao menos até o fim do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) – “um plano cujas propostas centrais encontram-se profundamente marcadas pela consciência de que o mundo se encontrava mergulhado em grave crise, que tornou patente a vulnerabilidade da economia brasileira”, segundo Castro e Souza (1985). Vaz e Braz (2020) afirmam que, no caso brasileiro, o endividamento externo serviu para financiar o processo de industrialização e resolver os “gargalos” da economia, como a questão da infraestrutura energética, logística e industrial.

Porém, Silva (2003) diz que o aumento substancial das exportações não foi suficiente para sanar os encargos resultantes das necessidades de importação de petróleo. Para fazer ajuste as dificuldades do balanço de pagamentos, as autoridades facilitaram a captação externa e ampliaram o perfil das exportações brasileiras, mediante o incentivo à exportação de serviços. Porém, grande parte da arrecadação com o comércio exterior destinou-se a sanar as aquisições de petróleo e os encargos com a dívida externa. Assim, consolidou-se o novo modelo, mas a sua consolidação não fora capaz de reverter a grave e mais nociva distorção das contas externas do país, de efeitos nefastos para a fase posterior, e que acabou por destruir a unidade de ação da política exterior brasileira (ruiu o segundo PND pelo alto preço do petróleo e da dívida externa).

Para Moreira e Magalhães (2021), a proposta de um novo padrão de reprodução do capital da América Latina configurou em outro processo chamado desindustrialização, quando o crescimento das exportações ocorre em detrimento da dimensão do mercado interno. No caso do Brasil, o duplo processo reprimarização e desindustrialização não resultou da falta de dinamismo do mercado doméstico, o qual sofreu considerável expansão nos últimos anos. Nessa conjuntura, o processo de financeirização das empresas multinacionais parece ter sido o fator determinante para a consolidação desse duplo processo.

Conforme Américo Moreira e Magalhães (2021), o duplo processo de reprimarização e desindustrialização da economia brasileira parece confirmar a tese da constituição de um novo padrão exportador de especialização produtiva que marca o fim do modelo industrial que prevaleceu no regime de acumulação substitutivo de importações. No caso brasileiro, percebem-se traços diferenciadores desse modelo geral

preconizado para a América Latina. O duplo processo aqui não está associado à ausência de dinamismo do mercado interno dos assalariados. Na verdade, nos últimos anos, vários fatores contribuíram para a expansão desse segmento da demanda doméstica.

Então, para os autores, é preciso desfazer a tese de que o movimento de reprimarização se constitui porque prescinde do mercado interno. O que se observa no Brasil é o oposto. O mercado interno ganha relevância para a reprodução do capital concomitantemente ao processo de reprimarização. Neste período, pode-se observar uma política de valorização do salário-mínimo, uma ampliação do emprego formal e uma expansão do crédito a pessoas físicas. O dinamismo do mercado consumidor, no contexto regime de acumulação de dominância financeira, acaba valorizando as atividades comerciais e financeiras das empresas estrangeiras em detrimento das atividades produtivas. Portanto não se pode associar o desengajamento produtivo do capital estrangeiro à ausência de um mercado consumidor assalariado dinâmico e à consolidação de uma base primária exportadora. Esse duplo movimento no caso brasileiro é, na verdade, um reflexo da subordinação do país a lógica financeira do capitalismo contemporâneo.

Após a crise global de 2008, catalogada como a mais sofrida até então, desde 1929, veio um momento mais calmo, quebrado pela ascensão de dois polos das forças implosivas da globalização: de um lado o Brexit e do outro nacionalismo nos Estados Unidos, corroborada com Trump. A disputa do Reino Unido com a União Europeia tem um efeito mais regional contra o desencadeado por Trump, de alcance global, marinado pela guerra contra a China e suas disputas com a OMC, alertam Zárate e Redondo (2022). Como resultado, em 2019, o comércio internacional de mercadorias caiu pela primeira vez, desde a crise de 2008, 0,1% e o crescimento do setor de serviços de 2%, baixo, se considerarmos que em 2018 houve aumento de 9,0%.

A dinâmica desencadeada por esses dois eventos foi acelerada pela pandemia de Covid-19. O mesmo aconteceu com outras tendências, como o aumento do uso de robôs e inteligência artificial. Os efeitos diretos da Covid-19 só começaram a diminuir com a vacinação, que no caso do Brasil, houve polêmica e resistência – por parte do Governo Federal -, o que dificultou mais essa retomada. Mas, a partir do momento que se iniciou a vacinação, iniciou também a tentativa de retorno à normalidade. A história também mostrou que a saída para a crise, em geral, dependia muito do Estado, no sentido de recorrer a ferramentas macroeconômicas que possui, ou seja, às fórmulas do

keynesianismo, superando a ortodoxia econômica que esteve presente nos anos anteriores.

Conforme explicam Zárate e Redondo (2022), nos produtos primários, a sua repartição por ordem de importância na balança comercial regional (cobre, petróleo, soja, ferro, café) que estão fortemente ligados ao desempenho da economia mundial, porque não são de extrema necessidade como outros que aparecem na lista exportador da região (cereais, carnes, laticínios) cuja queda no consumo mundial será moderada, no caso extremo, pelas compras estatais para aliviar a fome no mundo, em referência ao período de pandemia. Além disso, entende-se que o que vem no médio prazo é uma recuperação lenta e tortuosa no mundo.

Com as novas formas de inserção do investimento direto estrangeiro no Brasil no período recente, a forte retomada dos fluxos de investimentos direto em direção à economia brasileira representa essa transformação. De fato, constata-se que a entrada de investimento direto estrangeiro se acelerou a partir de 2010. Moreira e Magalhães (2014) apontam que, em 2011, os investimentos diretos estrangeiros somaram US\$ 66,6 bilhões, incremento de 37,4% em relação a 2010. Esse dinamismo decorreu dos investidores que buscaram opções rentáveis em economias emergentes com mercados internos dinâmicos e estabilidade monetária, principalmente.

Nesse sentido, a apreciação da moeda nacional combinada ao maior poder de compra da população fortalece essas estratégias, beneficiando principalmente os setores de manufaturas e serviços. De fato, a indústria manufatureira foi a principal receptora de IDE no país, concentrando 46% das inversões, seguida pelo setor serviços que foi responsável por 44% do total, explicam Moreira e Magalhães (2014). Além disso, os investimentos em busca de recursos naturais são significativos, motivados pela tendência alta dos últimos anos dos preços das commodities agrícolas e metálicas no mercado mundial.

A consolidação do Brasil enquanto grande produtor e fornecedor mundial de produtos básicos contribui para esse forte influxo de IDE. Apesar de alguns resultados positivos, Moreira e Magalhães (2014) destacam atenção para o fato de que a inserção ativa da economia brasileira no capitalismo financeirizado implica a subordinação da dimensão produtiva aos critérios puramente financeiros e de curto prazo imposto pela finança. Dito isso, constata-se uma adaptação do capital estrangeiro a essa lógica de curto prazo, com consequências importantes na dinâmica do investimento direto estrangeiro.



Mais recentemente, quando o balanço de pagamentos brasileiro é analisado por Moreira (2021), verificou-se que houve mudanças substanciais entre 2017 e 2020. O saldo da balança comercial, por exemplo, registrou um recuo importante nesse período, passando de US\$ 63,9 bilhões, em 2017, para US\$ 43,2 bilhões, em 2020. Contudo, o excedente comercial registrou um aumento de 6,8%, em 2020, comparativamente ao ano anterior. Essa reação favorável resultou do maior recuo das importações relativamente às exportações.

O baixo dinamismo das compras internacionais está associado à retração da demanda interna nos últimos anos. Assim, a queda das vendas internacionais está refletindo a contração da demanda externa que se acentuou em 2020 com a recessão global provocada pela pandemia de coronavírus. Vale ressaltar que nem mesmo a desvalorização cambial observada em 2020 foi suficiente para estimular as exportações, aponta Moreira (2021). As tabelas 1 e 2 apresentam os dados recentes para exportação e importação, respectivamente, no Brasil.

Tabela 1: Exportação no Brasil (2019-2020)

Especificação/ <i>Item</i>	Valor 1 000 000 US\$ Fob/ <i>Value 1,000,000 US\$ Fob</i>	
	2019	2020
<b>Total/ <i>Total</i></b>	<b>225 383</b>	<b>209 817</b>
<i>Agropecuária/ Agriculture</i>	43 047	45 217
<i>Indústria Extrativa/ Extractive Industry</i>	50 585	48 866
<i>Indústria da Transformação/ Transformation Industry</i>	130 618	114 838
<i>Outros/ Other</i>	1 134	897

Fonte: Moreira (2021), p. 411

Tabela 2: Importação no Brasil (2019-2020)

Especificação/ <i>Item</i>	Valor 1 000 000 US\$ Fob/ <i>Value 1,000,000 US\$ Fob</i>	
	2019	2020
<b>Total/ Total</b>	<b>177 348</b>	<b>158 930</b>
<i>Agropecuária/ Agriculture</i>	4 318	4 117
<i>Indústria Extrativa/ Extractive Industry</i>	11 112	6 483
<i>Indústria da Transformação/ Transformation Industry</i>	161 328	147 758
<i>Outros/ Other</i>	590	573

Fonte: Moreira (2021), p. 411

Do lado das importações, todos os segmentos industriais apresentaram queda e a liderança ficou com a indústria extrativa com recuo de 41,6% entre 2019 e 2020. Por sua vez, a indústria de transformação registrou uma diminuição de 8,4% nessa base comparação. Esse resultado, de acordo com Moreira (2021), reflete a queda de rentabilidade das empresas estrangeiras no País, em função da desaceleração da atividade econômica e da valorização do dólar. Assim, a conta relativa a transações correntes apresentou déficit de apenas US\$ 12,5 bilhões, em 2020, o menor resultado desde 2007, quando foi registrado o último superavit em conta corrente da série histórica do Banco Central do Brasil.

O total do déficit foi 16,6% inferior ao registrado em 2017. Comparativamente ao ano anterior, o recuo de 75,2%, provocado pela crise sanitária em 2020, interrompe uma trajetória de alta iniciada em 2018. O déficit em conta corrente em relação ao PIB foi de apenas 0,83%, em dezembro de 2020, frente a 2,7% no mesmo período de 2019. O impacto da pandemia de Covid-19 no nível da atividade econômica do País também afetou de forma significativa os componentes da conta capital e financeira do balanço de pagamentos.

Apesar da tendência de queda, Américo Moreira (2021) conclui que o nível das reservas internacionais do Brasil está em um patamar elevado para os padrões internacionais. Isto significa que o País tem divisa suficiente para honrar os compromissos de curto prazo da dívida externa, importações e saldo investido em aplicações domésticas. Ou seja, apesar da utilização das reservas para conter a alta

excessiva do dólar, a possibilidade de insolvência externa brasileira está completamente descartada.

### 3 ANÁLISE PARA O PERÍODO PANDÊMICO

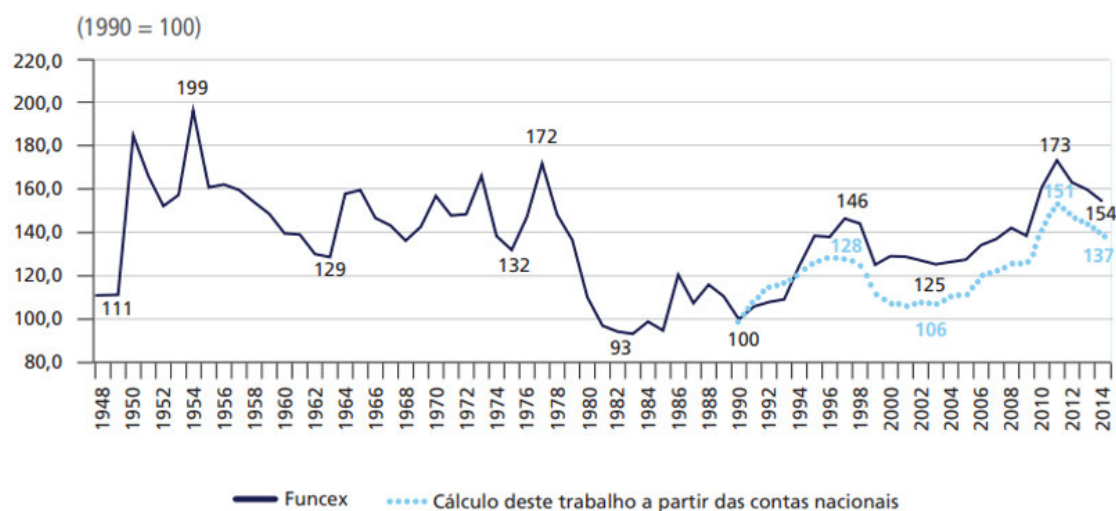
No último capítulo desse trabalho, examina-se alguns indicadores para o período da pandemia, com o objetivo de analisar as transformações e/ou estabilidades nos termos de troca do Brasil durante o contexto pandêmico. Busca-se, então, ao final, traçar uma contraposição teórica com base na perspectiva histórica, social e econômica apresentada ao longo deste trabalho. Quais foram as principais consequências ocorridas no comércio internacional, durante a pandemia de Covid-19 para essa nação? É o que se espera responder ao final deste capítulo.

#### 3.1 Termos de troca: indicadores para o período de pandemia

Os termos de troca são definidos como a relação entre os preços das exportações do país (PX) e os das suas importações (PM). Uma melhoria nos termos de troca – isto é, um aumento na razão  $PX/PM$  –, tudo o mais constante, aumenta a renda real. Permite, por exemplo, que, com as mesmas exportações, se possa importar mais, explicam Bastos e Ferreira (2016). Esse benefício, contudo, não é captado pelo crescimento do produto interno bruto real. O agregado macroeconômico cujo crescimento capta este efeito é a renda interna bruta real. A diferença entre a RIBR e o PIBR são os ganhos de comércio.

O gráfico 3, de Bastos e Ferreira (2016), mostra a evolução dos termos de troca do Brasil de 1947 a 2014, através da metodologia utilizada neste trabalho, obtida a partir das Contas Nacionais. É possível observar que os termos de troca sofreram grandes variações em períodos curtos. Por exemplo, entre 1949 e 1963, subiram 78% nos primeiros cinco anos, caindo em seguida 35% até 1963. Entre 1977 e 1981, a queda foi de 44%. Do início dos anos 1980 até os dias atuais, há um longo processo de recuperação, com fortes oscilações. Destacam-se o crescimento de 28% entre 1990 e 1996, pelas contas nacionais; e o de 42% entre 2003 e 2011. Neste último período, somente entre 2009 e 2011, o crescimento foi de 22%, pelas contas nacionais. O movimento em 2014 foi de queda: os termos de troca estavam 9%.

Gráfico 3 – Brasil: termos de troca (Px/Pm) (1948-2014)



Fonte: Bastos e Ferreira (2016, p. 8).

Os termos de troca do comércio do Brasil tiveram uma valorização média de 3,0% no ano de 2016. A tendência de crescimento desse indicador pode ser verificada a partir do mês de maio e, em dezembro, a valorização em relação ao mesmo mês do ano anterior atingiu 16,4%, segundo Black (2018). Para países exportadores de commodities, como o Brasil, em geral, períodos de melhoria nos termos de troca estão associados à valorização relativa dos preços desses produtos.

Nesse sentido, vale destacar que, mesmo diante de uma valorização nos preços internacionais das principais commodities exportadas pelo Brasil, em 2016 — soja e minério de ferro — o principal determinante para a melhora dos termos de troca do Brasil nesse período foi a queda no preço das importações. O último período de notável crescimento dos termos de troca do Brasil foi 2004-2011, com breve intervalo na crise financeira internacional de 2008-2009.

Entretanto, em 2016 a economia brasileira encolheu 3,5% — a despeito da melhoria dos termos de troca — após uma retração de mesma magnitude no PIB do ano anterior, o que levou a autora Black (2016) debater o porquê da elevação dos termos de troca não foi acompanhada por um crescimento econômico positivo no Brasil em 2016. Entende ser uma discussão importante para este trabalho também.

Sobre os últimos três trimestres de 2016, Black (2018) afirma que houve substancial melhora dos termos de troca do Brasil, a qual foi influenciada principalmente pela dinâmica favorável dos preços das importações. Houve também uma melhora nos preços das principais commodities exportadas pelo Brasil no mercado internacional, a

qual não foi suficiente para elevar o valor das exportações brasileiras. Entre as possíveis explicações para isso está o fato de que o preço de outros produtos exportados se reduziu, assim como, o volume das exportações de commodities, especialmente agrícolas, apresentou retração.

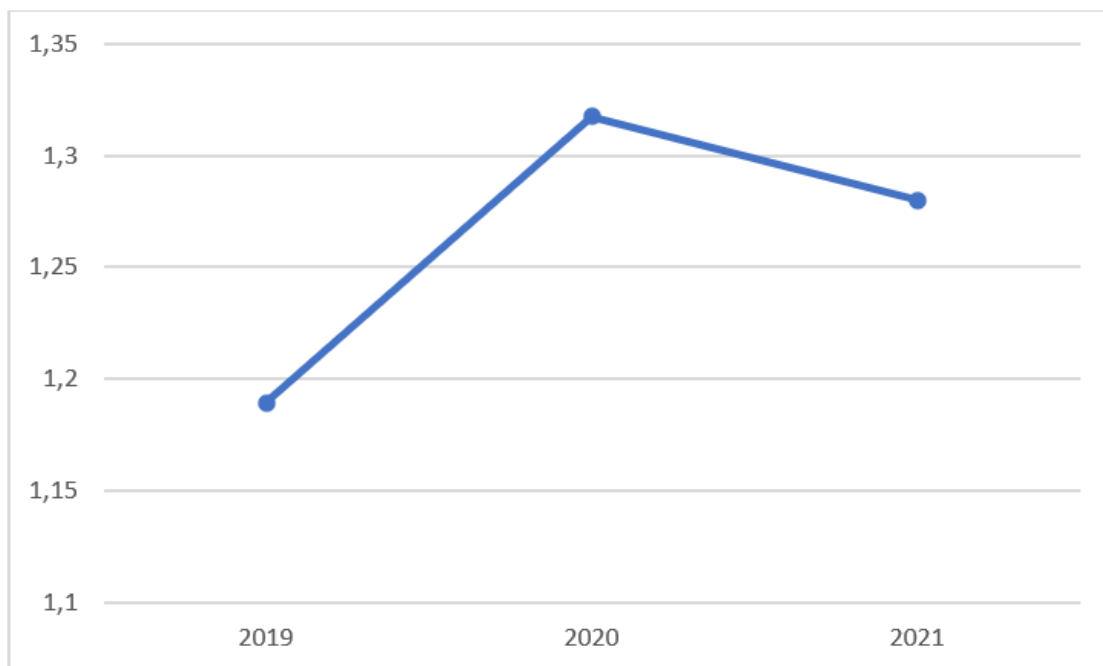
Black (2018) avalia que o desempenho desfavorável dos demais componentes do PIB sob a ótica da demanda explicam, por hipótese, porque uma variação positiva dos termos de troca foi acompanhada por uma redução da atividade econômica no Brasil nos últimos três trimestres de 2016. Vale ressaltar que, esse descasamento entre as variáveis, é algo não visto desde o início da série de contas nacionais trimestrais do IBGE, que remonta a 1996.

Black (2018) levanta a hipótese de que os canais de transmissão dos termos de troca para o crescimento econômico encontraram-se obstruídos em 2016 devido aos seguintes fatores: condições adversas no mercado de trabalho; alto nível de endividamento das famílias e das empresas; paralisia no investimento, principalmente das estatais; a crise política e o envolvimento das principais construtoras do país em escândalos de corrupção e a associada interrupção nos investimentos em infraestrutura; o elevado grau de ociosidade da capacidade produtiva, a qual não incentiva o investimento; e as políticas de austeridade fiscal, dentre outros.

O presente trabalho verificou, a partir dos dados divulgados pelo Ministério da Indústria e Comércio Exterior e Serviços (MDIC), os termos de troca para o Brasil, a partir de 2019. Cujo cálculo é obtido pela razão entre os preços das exportações e das importações. O Gráfico 4 representa os anos 2019, 2020 e 2021. Percebe-se um grande salto no valor dos termos de troca em 2020, momento em que inicia a pandemia. Em 2021, a razão diminuiu, mas não alcança o patamar pré-pandêmico. A queda das vendas internacionais está refletindo a contração da demanda externa que se acentuou em 2020 com a recessão global provocada pela pandemia de coronavírus.

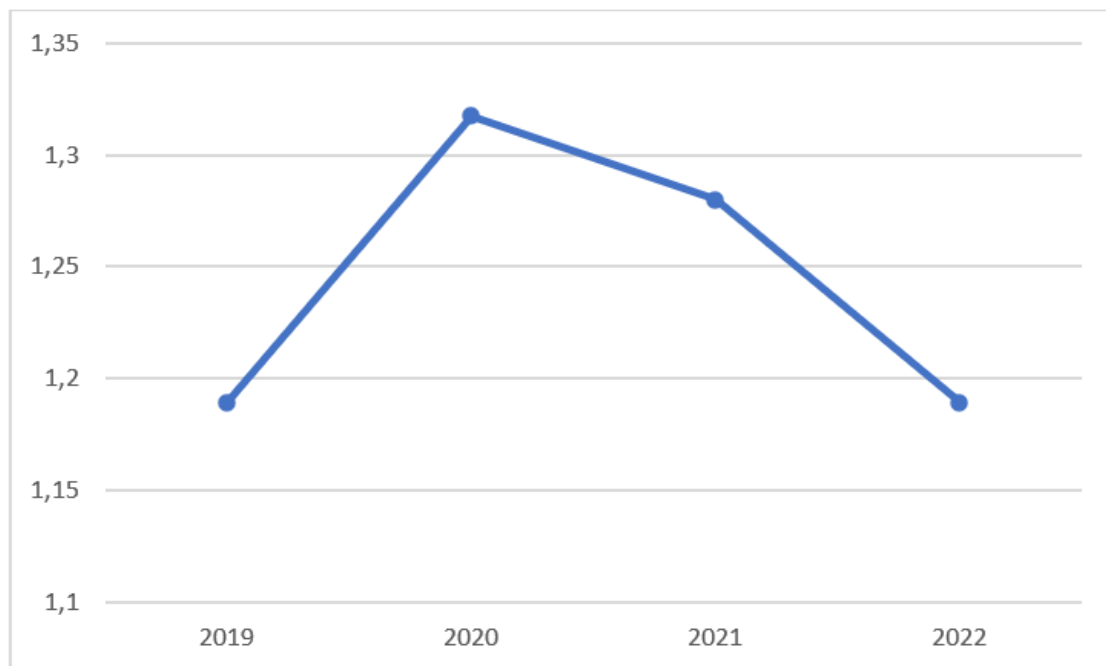
Quando se verifica o valor para o ano de 2022, analisando exportações e importações de janeiro a setembro, percebe-se que o nível alcança o valor de 2019. Quanto maiores os termos de troca, significa dizer que com a mesma quantidade de exportação, pode-se obter uma quantidade maior de importações. Logo, ao verificar que, durante a pandemia houve uma melhoria nos termos de troca, verifica-se um momento fora da curva média dos valores “reais” dos termos de troca. O aumento foi temporário e pontual, tanto que já em meados de 2022, percebe-se o retorno aos níveis de antes da pandemia. Isso pode ser verificado no Gráfico 5.

Gráfico 4 - Brasil: termos de troca (Px/Pm) (2019-2021)



Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 5 - Brasil: termos de troca (Px/Pm) (2019-2022)



Fonte: Elaboração própria.

Para entender melhor esses resultados, é importante recuperar algumas discussões. Rostoldo (2021) analisa a teoria de Prebisch ao debater a tese de deterioração secular dos termos de troca entre produtos primários e produtos manufaturados. Há um impacto negativo das políticas comerciais implementadas pelos países desenvolvidos sobre os termos de troca dos países subdesenvolvidos. Nesse contexto, ao colocar restrições à entrada de produtos primários nos seus mercados internos e ao conceder estímulos a produção doméstica de produtos primários, os países desenvolvidos tendem a afetar os preços internacionais através de restrições a demanda e ampliação da oferta internacional de produtos primários.

Amaral Filho (2018) afirma que o grupo de problemas e obstáculos apresentado por Prebisch continua, com novas roupagens, a desafiar os acadêmicos e *policy makers* da América Latina. Por exemplo, a questão do livre comércio e da inserção das economias latino-americanas; os termos de troca, que continuam atraindo a atenção dos economistas; a questão do encolhimento da indústria de transformação, ou da desindustrialização, e a consequente queima de esforços e investimentos realizados no passado, o debate sobre a industrialização.

Seguindo esse raciocínio, Rostoldo (2021) prossegue examinando o comércio internacional, destacando que a forte contração da capacidade para importar nos anos 1930 e suas repercussões sobre as economias latino-americanas constituíram a referência histórica principal para a elaboração da distinção entre o modo de funcionamento das economias dos países industrializados e aquele encontrado em economias especializadas em bens primários. Na Cepal, o argumento ganhou consistência porque foi acompanhado da tese da tendência à deterioração dos termos de troca, que afrontava o postulado liberal das virtudes do comércio internacional livre.

As exportações brasileiras ficaram mais dependentes das commodities nos últimos anos, refletindo uma vantagem competitiva do país e contribuindo para a geração de superavit na balança comercial, segundo Moreira (2021). Tal configuração indica que o desempenho das vendas internacionais brasileiras não parece refletir uma estratégia ativa de diversificação e geração de novos mercados, mas o aproveitamento de oportunidades decorrentes da expansão da demanda em produtos básicos em mercados dinâmicos. Nesse cenário, destaque para o papel relevante do comércio bilateral Brasil-China para a afirmação do padrão de especialização exportador baseado em commodities metálicas e agrícolas.



Os fatores que poderiam impactar negativamente os resultados, segundo Ribeiro (2020), são os seguintes: mesmo após o pico da pandemia e o retorno da vida ao normal, a queda de renda e o esperado aumento do nível de endividamento de famílias e empresas podem continuar exercendo uma pressão para baixo na demanda por bens de consumo duráveis e semiduráveis – isso é verificado no Brasil atual. Além disso, decisões de investimento poderão ser ainda adiadas por mais tempo, seja em razão da piora dos indicadores de confiança, seja pela persistência de um elevado grau de ociosidade no aparelho produtivo – algo também verificado no país hoje.

Pode-se mencionar também a gravidade ampliada no Brasil no pico da pandemia, em razão da falta de apoio do Governo Federal a políticas públicas imediatas e eficientes, que, pelo contrário, incentivou utilização de medicações ineficazes e a não vacinação. Tudo isso somado aumentou o número de óbitos por complicações do coronavírus do país e conseqüentemente, o grau de instabilidade econômica.

O efeito da crise sobre os países latino-americanos pode ser bastante negativo, porque muitos deles são altamente dependentes da produção e exportação de commodities energéticas e minerais. Uma crise de maiores proporções nessa região teria efeitos muito negativos sobre as exportações brasileiras de bens manufaturados e, por tabela, na própria capacidade de recuperação da indústria do país. A queda abrupta da produção, do emprego e da renda agravou a situação.

Pelosi e Santos (2018) destacam a necessidade de um pacto social no sentido de reduzir a histórica desigualdade social que assola esses países se coloca como elemento fundamental para o dinamismo econômico. Um caminho bastante promissor parece estar no estímulo ao desenvolvimento regional a partir de uma perspectiva endógena. Este processo agrega elementos que se coadunam com uma proposta mais sustentável e factível de desenvolvimento, já que leva em conta as particularidades regionais e os fatores internos. Além disso, agrega forte participação da sociedade civil, fortalecendo os laços democráticos e o capital social da comunidade, necessários a um projeto de desenvolvimento mais sustentável em termos sociais e ambientais. O Brasil, por exemplo, pode transformar suas vantagens comparativas na área ambiental em vantagens competitivas, falando em termos neoclássicos.

Nesse sentido, o local construiria estratégias próprias para promover o seu próprio desenvolvimento, assegurando autonomia, articulando atores e conhecimentos locais por meio de um projeto político coletivo de desenvolvimento. Esse modelo de desenvolvimento é conhecido também por *bottom-up*, ou seja, de baixo para cima, com

descentralização do poder e aderência a mecanismos de democracia participativa local, com enfoque na participação efetiva dos cidadãos, que passam a agir como cogestores nas decisões que os afetam. O conceito de desenvolvimento vem se expandindo e incorporando um paradigma multidimensional, que se estende muito além do economicismo e adentra em questões fundamentais como: liberdade, justiça, segurança, igualdade e direitos sociais.

Uma melhoria nos termos de troca, tudo o mais constante, aumenta a renda real. Do início dos anos 1980 até os dias atuais, há um longo processo de recuperação, com fortes oscilações. O que foi percebido é que o período de pandemia se mostrou como mais um período dessa variação, além da constatação de que não houve aumento da renda real, pois outras variáveis não estavam constantes em um período tão turbulento.

Por fim, quanto ao conceito criado por Raúl Prebisch - deterioração dos termos de intercâmbio - em relação ao período estudado nesse trabalho, percebe-se que é um conceito que deve ser mais bem explorado para o período da pandemia. Uma primeira aproximação de análise, indica que – pelas múltiplas variáveis que se moveram durante esse período, os termos de troca não puderam explicitar de fato o retrato do comércio exterior – para o caso do Brasil, aqui analisado.

### **3.2 Termos de troca: indicadores para o período de pandemia**

Como foi apresentado, a teoria neoclássica defende, em sua teoria do comércio internacional, que o livre mercado guia o comércio internacional através da análise das vantagens comparativas. Isso significa que o país, no caso o Brasil, deve se especializar na produção de um bem quando o custo de oportunidade de produzir esse bem é menor, em comparação a produção de outros bens, conforme Krugman, Obstfeld e Melitz (2015). Com base nessa teoria, a melhor possibilidade para o Brasil seria se concentrar naquilo que tem em mais abundância, com menor custo de produção. Vende-se a ideia de que, ao seguir essa cartilha, o país estaria mais próximo do desenvolvimento, e que todas as nações seriam assim beneficiadas.

Chang (2004) apresenta o argumento de que pode existir efetividade do livre comércio para países de nível semelhante em desenvolvimento industrial, mas não entre aqueles de diferentes níveis, que seria o caso da relação entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, pois não há equidade nessa competição. Isso porque os países da periferia possuem características em comum, são desiguais em renda e possuem

heterogeneidade produtiva, já os países chamados centrais possuem homogeneidade da estrutura produtiva de demanda, como corrobora a Cepal, que apresentou uma teoria baseada na interpretação por meio de análise histórico estruturalista.

A Cepal analisa que essa não é uma teoria favorável para os países periféricos, como a América Latina, conseqüentemente, o Brasil. Conforme Marques e Campos (2020) e Amaral filho (2018), a dinâmica do comércio internacional, diferentemente do que propõe a teoria clássica, implicava em preços dos industrializados com movimentação de valorização com tendência de alta, mas os ganhos não implicavam em distribuição igual, então, resultaria na deterioração dos termos de troca em relação aos manufaturados.

Seguir a cartilha da teoria neoclássica, causou transferência involuntária de renda da periferia para o centro, já que a abundância de capital dos países centrais faria com que estes se especializassem em bens industriais, já a periferia em bens primários – em razão da oferta abundante de terra e força de trabalho. Mesmo quando há melhora dos termos de troca na periferia, é temporária, já que na fase descendente, a redução dos lucros ocorre de maneira desequilibrada entre centro e periferia, segundo Marques e Campos (2020).

Nesse sentido, percebeu-se a necessidade de um projeto de industrialização para a periferia apoiado por uma intervenção estruturada e voluntária do Estado: um Estado industrializante. No caso da trajetória de desenvolvimento brasileira, o processo de industrialização iniciou na década de 1930, com a ruptura do modelo “para fora”, segundo Tavares (1972). Até então, havia dependência da importação pela ausência de uma estrutura produtiva sólida para produzir os bens importados. Contudo, o início desse processo foi uma resposta ao estrangulamento externo. Depois, o processo de industrialização passou a ser através de um planejamento nacional de desenvolvimento, seguindo de políticas neoliberais na década de 1990.

Nesse período, apesar da considerável expansão no dinamismo do mercado doméstico brasileiro nos últimos anos, houve um processo chamado de reprimarização e desindustrialização no país. Seguir a cartilha de dinamizar o comércio e concentrar esforços nas vantagens comparativas não foram suficientes para desenvolver o Estado brasileiro de forma sustentável e permanente. Moreira e Magalhães (2021) afirmam que o processo de financeirização das empresas multinacionais parece ter sido o fator determinante para a consolidação desse duplo processo. O dinamismo do mercado consumidor, no contexto regime de acumulação de dominância financeira, acaba valorizando as atividades comerciais e financeiras das empresas estrangeiras em

detrimento das atividades produtivas. Portanto, esse duplo movimento é, na verdade, um reflexo da subordinação do país a lógica financeira do capitalismo contemporâneo.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho buscou entender a movimentação dos termos de troca para o Brasil ao longo da pandemia de Coronavírus. Para tanto, foi realizada a discussão histórica sobre as principais teorias do comércio internacional, seguida de análise da Cepal e introdução do termo central: deterioração dos termos de troca. A partir disso, pode-se verificar o contexto histórico e político da América Latina, para que se pudesse compreender o processo de formação econômica e relação comercial do Brasil.

Foi possível perceber que o Brasil ainda possui um elevado grau de dependência internacional, que aumentou durante o período de práticas neoliberais. Foi também visualizado que os momentos de maior crescimento econômico na América Latina foram períodos de maior intervenção econômica, o que demonstra que há necessidade de entender o papel fundamental do Estado em determinadas políticas. Um fator central colocado pela Cepal é o da necessidade de análise histórica e institucional, esse trabalho, buscou-se fazer, de forma inicial e breve, esse estudo.

O trabalho corrobora com as afirmações de Chang (2004), em que se aponta a necessidade de que os países devem seguir políticas apropriadas ao seu estágio atual de desenvolvimento assim como suas circunstâncias locais específicas, dessa forma as condições de comércio e investimento melhoraria para todos os países – ricos e pobres. No caso, o Brasil continua muito dependente das exportações de bens intensivos em recursos naturais.

Uma melhoria nos termos de troca, tudo o mais constante, aumenta a renda real. Do início dos anos 1980 até os dias atuais, há um longo processo de recuperação, com fortes oscilações. O que foi percebido é que o período de pandemia se mostrou como mais um período dessa variação, além da constatação de que não houve aumento da renda real, pois outras variáveis não estavam constantes em um período tão turbulento. Não houve transferência automática de ganhos de produtividade dos países centrais para os periféricos.

Percebe-se também que, para países exportadores de commodities, como o Brasil, em geral, períodos de melhoria nos termos de troca estão associados à valorização relativa dos preços desses produtos. Por fim, quanto ao conceito criado por Raúl Prebisch - deterioração dos termos de intercâmbio - em relação ao período estudado nesse trabalho,

percebe-se que é um conceito que deve ser mais bem explorado para o período da pandemia.

A pandemia afetou, em graus variados, o tecido empresarial de todo o planeta e, com ele, o comércio exterior. Além disso, devido aos efeitos na saúde e na educação, suas consequências se arrastarão por várias décadas, o que pode causar grandes conflitos sociais se não houver políticas públicas apropriadas para enfrentar, sobretudo, a distribuição desigual da riqueza. Sendo assim, a América Latina deve direcionar seus esforços para reconstruir e fortalecer seu mercado interno.

## REFERÊNCIAS

- BASTOS, Estêvão Kopschitz Xavier. **Termos de troca, ganhos de comércio e crescimento da renda interna bruta real no Brasil de 2001 a 2014**. Carta de conjuntura/ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas. Rio de Janeiro: Ipea. Dimac, 2007.
- BASTOS, Estêvão Kopschitz Xavier; FERREIRA, Pedro Américo de Almeida. **Termos de troca, ganhos de comércio e crescimento da renda interna bruta real no Brasil de 1948 a 2014**. Rio de Janeiro: Ipea, 2007.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinquenta anos de pensamento na Cepal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- BLACK, Clarissa. Termos de troca e crescimento econômico no Brasil Termos de troca e crescimento econômico no Brasil. **Econ. FEE**. Porto Alegre v. 45, n. 4, p. 27-40, 2018.
- CASSANO, Francisco Américo. A teoria econômica e o comércio internacional. **Pesquisa & Debate**. São Paulo, v.13, n. 1(21), p. 112-128, 2002.
- CASTRO, Antonio Barros de; SOUZA, Francisco Eduardo Pires de. **A economia brasileira em marcha forçada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- CHAIB, Diana Chaukat. A teoria da dependência: Estimação do índice de dependência. **XXV Encontro Regional de Economia**. Área 5 - Economia Política, Metodologia e História Econômica do Nordeste. Online, 22p, 2020.
- CHANG, Ha-Joon. **Chutando a Escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- COSTA, W. P. Economia primário-exportadora e padrões de construção do Estado na Argentina e no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, SP, v. 9, n. 1, p. 175–202, 2016.
- COUTINHO, Eduardo Senra et al. De Smith a Porter: Um ensaio sobre as teorias de comércio exterior. **Revista de Gestão USP**, São Paulo, v. 12, n. 4, p. 101-113, outubro/dezembro, 2005
- FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- HAFFNER, Jacqueline A. **A CEPAL e a industrialização brasileira (1950-1961)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
- KRUGMAN, Paul R.; OBSTFELD, Maurice; MELITZ, Marc J. **Economia internacional**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015.
- MARQUES, Tomás Costa de Azevedo; CAMPOS, Reinaldo. Uma análise do comércio bilateral Brasil-China: a deterioração dos termos de troca e o caso da soja. **Revista tempo do mundo**, n. 24, dez. 2020.

MINISTÉRIO da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC). **Balança Comercial e Estatísticas de Comércio Exterior**. Disponível em <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral/68469>. Acesso em 10 de outubro de 2022.

MOREIRA, Carlos Américo Leite. Comércio Exterior. **Brasil em números**. v. 29, p. 401-414, 2021.

MOREIRA, Carlos Américo Leite; MAGALHÃES, Emanuel Sebag de. Um novo padrão exportador de especialização produtiva? Considerações sobre o caso brasileiro. **Revista da sociedade brasileira de economia política**. v. 38, jul., 2014.

MOREIRA, Carlos Américo Leite; MELO, Maria Cristina Pereira de. Comércio exterior brasileiro: Uma análise das trocas regionais no âmbito do Mercosul. **Mercator - Revista de Geografia da UFC**. v. 1, n. 1, 2002.

MOREIRA, Carlos Américo Leite; SCHERER, André Luís Forti. "Mercados emergentes" e novas formas da dependência na América Latina. **Indic. Econ. FEE**. Porto Alegre, v. 30, n. 1, p.49-73, jun, 2002.

PELOSI, Edna Marta; SANTOS, Luís Miguel Luzio dos. O desenvolvimento na América Latina: teorias cepalinas, teoria da dependência e perspectivas atuais. **Economia & Região**, Londrina, v.6, n.1, p.147-161, jan./jun. 2018.

PRATES, Rodolfo Coelho; PEREIRA, Heliara Pacheco. Análise dos fatores determinantes do comércio internacional brasileiro: uma análise do modelo gravitacional. **Reflexões Econômicas**. v. 1, n. 1, abr./set. 2015, p. 105-129.

RIBEIRO, Fernando et al. Cenários para o Comércio Exterior brasileiro (2020-2021): Estimativas dos impactos da crise da Covid-19. **Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais IPEA**, n. 17, abr., 2020.

RIBEIRO, Fernando et al. **Cenários para o comércio exterior brasileiro (2020-2021): Estimativas dos impactos da crise da Covid-19**. Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais, n. 17, Ipea, 2020.

ROSTOLDO, Jadir Peçanha. Subdesenvolvimento e desenvolvimento no contexto da Cepal: o embate entre dependência e interdependência na América Latina. **História debates e tendências**. Passo Fundo, v. 21, n. 3, P. 280 - 297, set/dez 2021

SILVA, Armstrong Pereira da. A década de ouro da comissão econômica para econômica para a América Latina e o Caribe. **Revista Orbis Latina**. v. 11 n. 2, 2021.

SILVA, H. C. M. DA. Deterioração dos termos de intercâmbio, substituição de importações, industrialização e substituição de exportações: a política de comércio exterior brasileira de 1945 a 1979. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 46, n. Rev. bras. polít. int., 2003 46(1), p. 39-65, jan. 2003.



SINGER, H. W. The distribution of gains between investing and borrowing countries. **The American Economic Review**, v. 40, n. 2, p.473-85, 1950.

STREET, James H. The institutionalist Theory of Economic Development. **Journal of Economic Issues**, v. 21, n. 4, p. 1861-1887, 1987.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**: ensaios sobre a economia brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

TAVARES, M. C. “Subdesenvolvimento, dominação e luta de classes”. *In*: TAVARES, M. C. (Org). **Celso Furtado e o Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

VAZ, Vinicus Rezende Carretoni; BRAZ, Emerson Davi Pereira. **Cepal: Do Nacional-Desenvolvimentismo ao Ostracismo Neoliberal**. Encontro ANPEC: online, 2020.

ZÁRATE, Pascual Raimundo Amézquita; REDONDO, Diana Lizeth Ladino. Efectos del covid-19 en el comercio exterior de América Latina. *In*: **Seguridad, migración y educación en tiempos de pandemia**. Org: CALDERÓN, Rodrigo Noguera. Bogotá: Universidad Sergio Arboleda, 2022.